

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

Taynara Salviano de Medeiros

**O Tráfico de Mulheres Brasileiras: gênero, raça e
a centralidade do trabalho**

Brasília, DF,
2017

Taynara Salviano de Medeiros

**O Tráfico de Mulheres Brasileiras: gênero, raça e
a centralidade do trabalho**

Monografia apresentada ao
Departamento de Serviço Social-
Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Me. Maria Elaene
Rodrigues Alves.

Brasília-DF,
2017

Taynara Salviano de Medeiros

**O Tráfico de Mulheres Brasileiras: gênero, raça e
a centralidade do trabalho**

Monografia apresentada à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2º Semestre de 2017.

Orientadora: Prof^a. Maria Elaene Rodrigues Alves (SER/UnB)
Universidade de Brasília – UnB

Membro interno: Prof^a Michelle Ferreira Elias
(SER/UnB) Universidade de Brasília-UnB

Membro externo : Prof^a Luizianne de Oliveira Lins-UFC

Brasília, de 2017

Pobre menina
Sofre de verdade
Por toda cidade
Ainda mais porque a palavra liberdade é feminina.

(EMICIDA, BONJOUR)

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reconhecer algo que foi bom na sua vida, para essa graduação eu reconheço que sem vocês esse processo não seria tão encantador.

A minha mãe que com fome de aprendizado me incentivou por toda a minha vida, me apoiou e se orgulhou durante essa jornada, enfrentou as batalhas que a universidade trouxe junto a mim e é a base que me fortalece sempre. A toda minha família, irmãos e sobrinhos por complementarem a minha vida.

Aos meus companheiros de graduação, Carolina parceira de todas horas, – ‘bonde’, Diana, Wesley, Victoria, Pâmela, Andriele, Larice, João, Julia e Julinha que me ajudaram nas incertezas e deram apoio moral para todos os momentos, hoje eu posso agradecer pois a caminhada nos trouxe crescimento. Aos amigos da ‘Juventude’ que me tiram risos frouxos e me fazem debater e refletir fora de sala de aula.

Ao meu companheiro de vida, Albert Russel, por me impulsionar e ajudar sempre com afeto.

As amigas de infância, irmãs de alma, Jéssica, Daiany e minha mais linda afilhada Laura, Vanessa, Lizandra e Juliana por serem minhas fiéis companheiras a todo o momento.

A orientadora deste trabalho Elaene por ser tão paciente e instigadora e tornar esse processo menos doloroso.

A minha supervisora de campo Annie que me mostrou no dia a dia a sua persistência e que me ensinou a responsabilidade de lutar para oferecer um serviço de qualidade, não esquecerei das nossas manhãs sorridentes.

A todos aquele que sabendo ou não tiveram grande influência na minha vida e me ajudaram até aqui.

RESUMO

Esta monografia tem como desafio geral discorrer e relacionar as categorias gênero, raça e trabalho frente ao tráfico de mulheres brasileiras, a fim de responder a hipótese: A não inserção no mercado de trabalho contribui para o tráfico de mulheres brasileiras que em sua maioria são negras? para tanto o trabalho discute a construção da concepção do termo tráfico de pessoas e como está atualmente a legislação brasileira, além disso será apresentado o mecanismo de enfrentamento ao tráfico de pessoas do Distrito Federal, NETP -DF, local onde fiz estágio e trouxe a temática para o meu conhecimento. Para realizar este trabalho foi necessária uma metodologia qualitativa através de revisão bibliográfica e pesquisa documental com a leitura de artigos e livros referentes ao tema e com recortes que também foram explorados no trabalho, autores que debatem além do tráfico de pessoas assuntos como gênero e raça foram muito utilizados o que proporcionou uma análise da totalidade do problema e que envolveu uma visão crítica a cerca de polêmicas que são debatidas nesse campo.

Palavras-Chave: Tráfico de mulheres brasileiras, gênero, raça, centralidade do trabalho, exploração sexual.

ABSTRACT

This monograph has as a general challenge to discuss and relate as categories gender, race and work versus trafficking of Brazilian women, an end to the hypothesis: Does not the insertion in the labor market contributory to the trafficking of Brazilian women are mostly black? for the work or the work discussed the construction of the concept of the term of the traffic of people and is currently the Brazilian legislation, in addition it is presented the mechanism of confrontation to the traffic of people of the Federal District, NETP -DF, place where there is stage and brought the theme to my knowledge. To carry out the work searching for a qualitative methodology through the bibliographical review and documentary research with the reading of articles and books referring to the theme and with cutouts that were also explored in the work, authors who debate besides the trafficking of people as gender and race compas widely used or that provide an analysis of the whole problem and which involved a critical view of some controversies that are debated in this field

Keywords: Trafficking in Brazilian women, gender, race, centrality of work, sexual exploitation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CATW	Coalition Against Trafficking in Women
DAC	Divisão de Assistência Consular
GAATW	Global Alliance Against Trafficking in Women
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
NETP/DF	Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Distrito Federal
ONU	Organizações das Nações Unidas
PESTRAF	Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial do Brasil
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEJUS/DF	Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas
SNJ/MJ	Secretaria Nacional de Justiça do Ministério de Justiça
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
VIVA/SINAN	Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificações
PNETP	Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
SUBJUSPRED	Subsecretaria de Políticas para Justiça e Cidadania e Prevenção ao Uso de Drogas
SEDESTMIDH	Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
DETP	Diretoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 27

Figura 2 45

Figura 3 46

Figura 4 48

Figura 5 49

Figura 6 50

Figura 7..... 51

Figura 8 51

Figura 9 52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	14
1.1 Trilha Metodológica	14
1.2 Tráfico de Pessoas e a Relação Entre Migração, Gênero, Raça e Mundo do Trabalho	17
1.3 Histórico da Concepção do Termo Tráfico de Pessoas	20
CAPÍTULO 2	29
2.1 O Tráfico de Pessoas Como uma Expressão do Capitalismo	29
2.2 Gênero, Raça e a Centralidade do Trabalho – Tráfico de Pessoas Multifacetado	34
2.3 O Tráfico para Fins de Exploração Sexual e as Mulheres	42
CAPÍTULO 3	48
3.1 Dados Sobre as Mulheres Brasileiras	48
3.2 Mecanismo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	58
3.3 Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do DF -	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura onde pessoas viram objetos para a mercantilização o desafio de enfrentamento ao tráfico de pessoas se mostra latente, além do mais esse assunto tem sido explorado ao longo dos anos e ainda existem muitas limitações seja nas legislações, seja nas ações do estado de prevenção, repressão e atenção as vítimas.

É um assunto que tem muitas particularidades e por isso mesmo se mostra como um desafio atual de garantia de direitos humanos, o tráfico de pessoas ultrapassa fronteiras e está ligado aos lucros que podem ser obtidos no sistema capitalista, se trata então de um tema importante de se estudar e debater e tem grande relevância mundial.

O modelo instituído atualmente da globalização produz muita riqueza que não é redistribuída de forma igualitária gerando uma parcela mínima de pessoas com riqueza e a maior parcela da população na pobreza e marginalidade, essas precisam lutar diariamente para sair dessa pobreza, dessa forma muitas vezes acontece o deslocamento territorial por meio de propostas tentadoras de mudar a situação de vida. Barros (2013 p. 16) aponta que em “Todas as modalidades de tráfico de pessoas, as vítimas, em geral, são jovens, de baixa renda, pouca escolaridade, sem oportunidade nem perspectiva de melhoria de vida e provenientes de lugares e de regiões pobres”.

Em se tratando do tráfico de mulheres brasileiras existe uma outra problematização, esse é o público que mais é vitimizado, segundo o Relatório Global da ONU de 2014 (ONU, 2014) 70% das vítimas de tráfico de pessoas são mulheres, e a maior parcela tem como fim a exploração sexual.

O interesse sobre o assunto surgiu a partir do envolvimento com o tema durante o estágio obrigatório que aconteceu no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Distrito Federal – NETP/DF, este núcleo fica dentro da estrutura da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF, nesse setor se realiza o atendimento de possíveis casos e aqueles que já se configuraram em tráfico, além de desempenhar o papel de prevenir a população do Distrito Federal.

Durante esse tempo pude aprender mais sobre o tema e criar certas inquietações com o tráfico, principalmente de mulheres, que segundo Barros (2013) mulheres, crianças e travestis são alvos preferenciais quando se trata de tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual.

Nesse sentido o assunto foi explorado para conseguir traçar esse paralelo de tráfico de mulheres com raça e trabalho, por isso o trabalho foi dividido em 3 capítulos onde, no primeiro é explicado a metodologia, o fenômeno de tráfico de pessoas, também a concepção do termo jurídico, como ele se desenvolveu tanto em âmbito internacional quanto nas legislações brasileiras e os questionamentos quanto ao que se entendia como tráfico de pessoas – que no início das legislações foi cunhado como tráfico de mulheres brancas.

Logo em seguida no segundo capítulo foi trabalhado o fenômeno de tráfico de pessoas dentro do sistema capitalista, os conceitos centrais desse trabalho que são os de raça, trabalho e gênero, definindo cada um, além de aprofundar no tráfico para fins de exploração sexual e dados sobre as mulheres brasileiras que são vítimas.

Para terminar dados sobre casos de tráfico de pessoas são explicados, além de contextualização de como a política de enfrentamento ao tráfico de mulheres é feito dentro do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Distrito Federal em que o estágio foi realizado.

Já que comprovadamente as mulheres são aquelas que mais são vítimas e a partir de observações de casos divulgados na mídia em que mulheres migram para procurar trabalho e mudar sua situação social e econômica foi delimitado que a hipótese nesse caso seria: A não inserção no mercado de trabalho contribui para o tráfico de mulheres brasileiras que em sua maioria são negras?

O objetivo geral desse trabalho é compreender a conexão das categorias gênero, raça e trabalho frente ao tráfico de mulheres brasileiras, os seguintes objetivos específicos: Estudar o tráfico de pessoas com foco nas mulheres, levantar dados sobre o perfil das mulheres traficadas, estudar os conceitos de gênero, raça e

trabalho, entender a realidade das mulheres traficadas e fazer um paralelo com o mecanismo existente de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Distrito Federal.

A metodologia utilizada para se chegar ao resultado final foi de uma pesquisa de cunho qualitativa feita a partir de uma revisão bibliográfica e documental em materiais referentes ao tráfico de mulheres brasileiras, também por meio de pesquisa bibliográfica que utilizou artigos publicados e livros sobre trabalhos na área e que debatam os assuntos aqui pesquisados, além disso entrevistas, artigos, notícias e relatórios em portais da internet foram usadas.

CAPÍTULO 1

1.1 Trilha Metodológica

O interesse em escrever sobre essa temática surgiu ao longo do curso de Serviço Social devido ao estágio obrigatório e posteriormente a oficina de estágio 1 que foi realizada na época, na Diretoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Apoio ao Migrante e Refugiado da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, a estrutura do local mudou algumas vezes, porém continuou como centro de referência do DF – Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, parte de uma rede nacional, durante um ano e meio foi possível observar questões que fazem parte desse universo e violação dos direitos humanos, como a grande vulnerabilidade desse público que passa por essa situação e também daqueles que fazem parte do público alvo do crime de Tráfico de Pessoas.

Para desenvolver este trabalho de conclusão de curso foi necessário usar algumas categorias de pesquisa, uma metodologia a ser seguida que neste caso foi a de uma pesquisa qualitativa por meio de documentos referentes ao tráfico de mulheres brasileiras e também por meio de revisão bibliográfica sobre trabalhos publicados na área e que estejam de acordo com a proposta de hipótese: A não inserção no mercado de trabalho contribui para o tráfico de mulheres brasileiras que em sua maioria são negras?

O objeto deste estudo pretendeu trabalhar a questão do tráfico de mulheres, brancas e negras e como a centralidade do trabalho no capitalismo pode interferir e corroborar para um número significativo de vítimas, tanto daquelas vítimas que consentiram, tanto daquelas mulheres que sabiam previamente que iriam trabalhar no mercado do sexo, mas no fim acabaram por serem exploradas. O objetivo geral desse trabalho é compreender a conexão das categorias gênero, raça e trabalho frente ao tráfico de mulheres brasileiras e os seguintes objetivos específicos: Estudar o tráfico de pessoas com foco nas mulheres, levantar dados sobre o perfil das mulheres traficadas, estudar os conceitos de gênero, raça e trabalho, entender a realidade das mulheres traficadas e fazer um paralelo com o mecanismo existente de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Distrito Federal.

Dessa forma foi necessário analisar o histórico do que foi e o que é entendido como tráfico de pessoas, além de debater questões de gênero e raça, um fator importante também foi o de identificar a situação das mulheres no mundo do trabalho e o mercado de trabalho atual, analisando dessa forma como a não inserção destas se torna um fator de risco no sentido de que torna as pessoas mais vulneráveis a aceitar falsas promessas que acabam por ser tráfico de pessoas.

A metodologia utilizada se baseou em uma pesquisa qualitativa dada a partir de uma revisão bibliográfica de documentos, artigos, livros, entrevistas, notícias e pesquisas, além de portais da internet que também foram usados.

A metodologia deste trabalho se deu a partir de uma pesquisa qualitativa, que segundo Netto (2011, p.22) consiste em: a pesquisa qualitativa trabalha com uma realidade que não pode ser quantificada, em um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A revisão de literatura sobre os assuntos tráfico de pessoas, raça, gênero e trabalho foram feitas a partir de referência bibliográfica e em leituras feitas em materiais que tratam sobre os conceitos a cima. A pesquisa bibliográfica é um levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites (GIL, 2010).

Para entender os caminhos adotados nesse trabalho, é necessário falar sobre o que é uma pesquisa social e a autora Minayo (2001) explica sobre a pesquisa social e sua metodologia, ela explica que na realidade histórica esse procedimento científico traz além de conhecimento o aperfeiçoamento dessa metodologia e a elaboração de uma norma. Ela segue dizendo que as Ciências Sociais têm como objeto a história, ou seja, a sociedade humana existe em um espaço em que a formação social é específica.

Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social (MINAYO, 2001, p. 13)

Como aponta Minayo (2001) neste trabalho se analisou o passado e o presente, assim como as características em que o fenômeno se dá, dessa forma analisando a realidade em que está inserido essa expressão da questão social.

Além dessa metodologia de pesquisa, também foi adotado uma metodologia de investigação e análise, a de Marx, especificamente o Materialismo Histórico Dialético, que consiste em um método de investigação para a apropriação analítica e reflexiva do objeto pesquisado antes de uma exposição crítica desse objeto, nesse método há de se considerar as contradições da realidade social e suas transformações. Basicamente o movimento real em que as coisas se dão está sob forte tensão de contradições, oposições que acontecem nas condições materiais do cotidiano, um processo de tese, antítese e síntese.

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, 2011, p.21)

Para chegar ao objetivo final os autores mais utilizados durante a revisão bibliográfica foram Ela Wiecko e Raulino, que discutem a parte histórica do conceito tráfico de pessoas e apresenta análises sobre estas, para o conceito de gênero, raça e trabalho autoras como Piscitelli, Saffiotti e Pereira, Carneiro, Neves, Marx e Antunes além de outros que ao longo do trabalho foram necessários.

O trabalho se divide em três capítulos, dos quais no primeiro além de apresentar a metodologia usada mostrando os caminhos que foram necessários para a realização desse trabalho, também foi desenvolvido o conceito de tráfico, legislações antigas e vigentes, exposição do Protocolo de palermo e a problematização que a prostituição têm dentro do debate de tráfico de pessoas.

No segundo capítulo a preocupação foi em relacionar o fenômeno de tráfico de pessoas dentro do sistema capitalista, neste também foi feita a conceituação das categorias transversais de gênero, raça e trabalho e fazer a ligação dos três em relação ao tráfico de pessoas, neste mesmo capítulo o tráfico para fins de exploração sexual das mulheres brasileiras e como ela se dá.

No terceiro capítulo a preocupação se deu em explicar os dados disponíveis sobre os casos configurados de tráfico de mulheres, bem como de traçar um perfil das mulheres traficadas nos casos apurados pelos órgãos brasileiros que trabalham com as vítimas de tráfico de pessoas, assim como a apresentação do mecanismo que existe no DF de enfrentamento ao tráfico e que foi local de estágio obrigatório.

1.2 Tráfico de Pessoas e a Relação Entre Migração, Gênero, Raça e Mundo do Trabalho

A mobilidade humana¹ é um fenômeno muito difundido, desde que se dividiu o globo terrestre em países e cidades e assim por diante, fronteiras imaginárias foram postas para limitar a entrada e saída de pessoas desse território, uma forma de se controlar fluxos de pessoas que por vários motivos querem migrar de um lugar para outro, desastres naturais, conflitos políticos e sociais, a procura de emprego e melhoria de vida ou simplesmente pela vontade de estar em um local diferente daquele que lhe é posto, diante disso, existem inclusive legislações que protegem o direito a migração de pessoas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Kapur (2005), diz que a migração pode ser entendida como um processo em que há o deslocamento de alguém de um local para outro, seja dentro de um mesmo Estado ou de um Estado para outro. São vários os motivos que levam as pessoas a migrar, como a existência de conflitos armados, perseguições políticas, problemas econômicos e sociais que geram o desejo de buscar melhores oportunidades de vida e de trabalho em outros locais, mudanças climáticas, formação ou reunificação familiar, o desejo de conhecer o mundo, entre outros.

O fluxo de migração acontece dos países periféricos para os países centrais como uma forma de conseguir uma colocação no mercado de trabalho, para satisfazer necessidades mínimas, já que a pobreza absoluta e a relativa são produtos do capitalismo e mais acirrado ainda quando esse capitalismo é periférico.

¹ Mobilidade Humana dentro do conceito tradicional que enfoca a migração como o movimento de pessoas ou grupos de um lugar para outro; muitas destas pessoas buscando espaço para nova inserção social. É um conceito centrado no deslocamento demográfico e territorial. Essa mobilidade pode ser uma migração social considerada a partir da desigualdade social de classe. (ZAMBERLAM, 2004)

Pensando na atualidade, as grandes crises que tem aumentado ainda mais a desigualdade nos países latinos, a tendência é que esse processo se torne sempre mais forte, não distante disso, países começam a endurecer as leis para imigrantes e a fechar suas fronteiras, como resultado disso a imigração ilegal tende a aumentar como retrata o próprio autor Kapur (2005, p.115), “o tráfico de seres humanos está relacionado, no discurso contemporâneo, à migração, especialmente à ilegal, e ao contrabando de migrantes”.

Conforme define Marx (2013), o trabalho é o meio pelo qual, em uma sociedade capitalista, os trabalhadores, a classe que não detém meios de produção e apenas força da mão de obra para exercer uma função consegue dinheiro, e a partir deste dinheiro é que se pode ter um mínimo de sobrevivência, conforto e colocação na vida social e coletiva, a exploração desses trabalhadores é um fator estrutural do capitalismo.

Tendo como base as definições marxistas, é possível pensar então como as mulheres, que já são pessoas com uma carga histórica de serem oprimidas, consideradas socialmente frágeis e específicas para alguns tipos específicos de tarefas, como o cuidado com a casa, são tratadas por esse sistema, é o que escrevem Costa, Silveira e Madeira (2012, p.227) “Ao sinalizarmos as características masculinas e femininas, perceberemos que atributos de delicadeza, doçura, paciência, dedicação, cuidado compõe o ser mulher, já em relação ao ser homem temos a virilidade, a força, coragem, autoconfiança, a agressividade”.

As relações de gênero no Brasil ainda são muito machistas, e resultado disso é uma grande desigualdade entre mulheres e homens, devido a força que o patriarcado toma quando acontece a industrialização do capitalismo, a questão de gênero passa a marcar uma grande disputa de forma desigual entre o gênero feminino e o masculino em suas relações, conforme citam as autoras Costa, Silveira e Madeira (2012, p.226) “Dizer o que é ser homem, o que é ser mulher, atribuir significados, papéis e funções diferenciadas a partir dessa identidade vai estabelecer relações de poder que por vezes colocará os sujeitos em polos opostos e desiguais”.

Inclusive essa desigualdade se mostra na área de trabalho, as mulheres trabalham muito, tem uma jornada dupla de trabalho, casa e mercado de trabalho, e mesmo assim recebem menos que homens ocupando os mesmos cargos que elas, o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2017), divulgou uma pesquisa internacional de 2009 produzida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nesta é demonstrado que apesar do crescimento econômico dos países latinos, a disparidade entre salários ainda chegava em 17% a menos de valor que as mulheres ganham do que os homens, quando possuíam o mesmo nível de escolaridade.

Em se tratando de mulheres negras, essa diferença ainda é maior e mais preocupante, essas mulheres chegam a ganhar cerca de 20% a menos que homens ocupando os mesmos cargos que elas. Especificamente no Brasil os níveis superam esses dados e apresenta enorme disparidade salarial, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução.

A década que passou nos trouxe uma crise mundial, inclusive se pensarmos em questão ao emprego, alguns dados da OIT demonstram que de 1995 a 2005 a taxa de desemprego aumentou 25%, nesse contexto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) fez uma pesquisa na qual se pode ver a desigualdade de gênero de forma bem clara, as mulheres são maioria entre as pessoas desempregadas, representando 52,9% dessa população. Por esse motivo, as mulheres acabam sendo um grupo mais vulnerável.

No início das leis contra o Tráfico de Pessoas o termo vulnerabilidade não é o único utilizado, vai além, a fragilidade é colocada como fator ligado as mulheres e as crianças. Castilho (2008) escreve que isso pode ser observado no Tratado Internacional para Eliminação do Tráfico de Escravas Brancas de 1904 que foi o primeiro instrumento internacional que tratou de tráfico para exploração sexual. A autora explica que nesse documento as mulheres eram colocadas não só como frágeis, mas de propriedade da família e/ou do marido, e para que fosse possível acabar com a desonra trazida a família pelo tráfico das mulheres o tráfico começou a ser visto como um crime e uma punição lhe foi atribuída.

Hoje em dia é possível observar que o grande problema não é essa dita honra perdida, mas a proteção dos direitos como ser humano de não passar por situações que sejam degradantes. Apesar de algumas contradições o Tratado de Palermo tenta se distanciar dessa primeira visão sobre tráfico de pessoas, não mais só tráfico de mulheres e crianças como bem relembra Castilho (2008).

Apesar de tudo isso, o tráfico para fins de exploração sexual ainda tem delineações muito próprias, quer seja no fato de que o termo exploração sexual posto no Protocolo de Palermo, tratado internacional utilizado no Brasil para casos de tráfico de pessoas, ainda é muito vago por não ter uma definição específica, quer seja porque existe um extremo preconceito com mulheres que exercem a prostituição como meio de trabalho e sobrevivência e que não se consideram vítimas, já que trocar seu local original por outro foi uma tentativa de se inserir em uma atividade laboral que traga capital para ela e na maioria das vezes, para sua família, é o que explica Castilho (2008).

1.3 Histórico da Concepção do Termo Tráfico de Pessoas

O comércio de seres humanos é um assunto hoje mais debatido no âmbito dos direitos humanos do que nas primeiras legislações já feitas para o combate desse crime, porém, ainda é um assunto pouco explorado pela maior parte da população que não recebe todas as informações sobre o tráfico de pessoas, por esse motivo ainda é um assunto tabu, pouco explorado e assustador para a maior parcela das mulheres brasileiras.

O que acontece no tráfico de pessoas é a completa objetificação da mulher, ou seja, um corpo que perde o aspecto humano e ganha o aspecto de objeto, que tem um valor de compra e venda no mercado. Esse tipo de atividade afeta em especial as mulheres, segundo a pesquisa Relatório Global ONU 2014 (ONU, 2014), 70% das vítimas de tráfico de pessoas são mulheres, é nesse sentido que este trabalho foi desenvolvido, para abordar o tráfico de pessoas, mais especificamente o tráfico de mulheres brasileiras.

Em uma sociedade em que o trabalho é tido como principal ferramenta de sobrevivência é importante salientar que ele tem uma influência muito grande no perfil de pessoas que são traficadas, normalmente são pessoas que estão desempregadas e a procura de entrar no mercado de trabalho ou pessoas que querem trabalhar e ter uma boa remuneração para poder mudar de vida e crescer economicamente. Porém, essa situação de crise econômica pela qual o Brasil está passando agora em 2017 pode agravar ainda mais essa situação e a centralidade do trabalho pode ser pivô da aceitação das pessoas para propostas enganosas que acabam se tornando caso de tráfico, é o que esclarece em entrevista a Eurídice Márquez, especialista do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a mesma descreve que “Em situações de crise econômica, como a vivida pelo Brasil, o desemprego elevado e cortes em investimentos nos serviços públicos agravam o risco de populações vulneráveis serem vítimas do tráfico de pessoas” (ONU, 2017).

O tráfico de pessoas está intimamente ligado a migração, apesar de serem fenômenos distintos, o tráfico de pessoas necessita que haja uma migração para ser completamente caracterizado, as autoras Sales e Alencar (2008) entendem como um processo em que há o deslocamento de alguém de um local para outro, seja dentro de um mesmo Estado ou de um Estado para outro. Já a migração ilegal acontece à medida que as fronteiras dos Estados se fecham, mas continua crescendo a demanda por trabalho de imigrantes a baixo custo, também não diminui o desejo de emigrar de pessoas de diversas partes do mundo, que acabam procurando meios marginais para entrar nos Estados.

Já que o tráfico é uma atividade que usa as fronteiras para acontecer, sejam elas internas (dentro dos países) ou seja ela internacional (de um país para outro país), essa delimitação territorial foi estabelecida pelo homem como uma forma de organizar as sociedades da forma que eles entendiam como a melhor, por causa dessas fronteiras houveram incontáveis batalhas, extermínio e genocídio de povos, tudo para ganhar novos espaços de exploração, nesse sentido o Brasil também aparece na história europeia nesse momento, uma terra disputada, um povo disputado, o tráfico negreiro de maior dimensão já vivido.

Para remontar a história de como o tráfico humano foi percebido, como ganhou status de crime e quais foram as sanções utilizadas para acabar com a

comercialização de pessoas, Castilho (2008) diz que o tráfico de pessoas tem seu início na preocupação de proteger mulheres brancas do leste europeu, antes de 1910 não se definia ainda como tráfico de pessoas, mas vinha no sentido de se reprimir e prevenir os casos com sanções administrativas.

É claro que nesse contexto apenas o tráfico de mulheres brancas era considerado crime, visto que essas próprias pessoas naquela data e até mesmo antes já traficavam o povo negro para usá-los como escravos em suas colônias, não só mulheres, homens e crianças negras eram retirados de seu país natal a força e levados de forma desumana para servir de mão-de-obra escrava em outros lugares como o Brasil, país latino que mais recebeu escravos negros.

Uma análise possível também é dizer que o conceito foi cunhado para o meio jurídico somente, uma análise sociológica do fenômeno não foi proposta, não se estudou a causa e os motivos, a única razão do tráfico ser reconhecido era para que houvesse algum tipo de punição para aqueles que manchavam a dita pureza feminina branca, Castilho (2008).

Contudo o conceito da palavra tráfico de pessoas só aparece em 1910, quando passaram a conceituar tráfico e exploração da prostituição como infrações criminais, além da punição que era a pena de liberdade e possível extradição como escreve Castilho (2008), esta também escreve sobre a situação dos escravos negros, já que alguns anos antes o tráfico negreiro também começou a ser discutido com o Tratado de Paris em 1814 que culminou em uma Convenção firmada pela Sociedade das nações e reafirmada pela ONU em 1953.

A verdadeira preocupação com essas mulheres brancas era que o tráfico de mulheres tinha como fim a prostituição delas, o que era inaceitável e deveria ser combatido. O que fica bem claro quando pegamos a definição da Convenção de 1910 que tratava sobre o tráfico, conforma explica Castilho (2008):

A Convenção de 1910 definia o tráfico e o favorecimento à prostituição como o aliciamento, induzimento ou descaminho, ainda que com o seu consentimento, de mulher casada ou solteira menor, para a prostituição. Tratando-se de mulher casada ou solteira maior, a conduta só deveria ser punida se aquelas condutas tivessem sido praticadas com fraude ou por meio de violências, ameaças, abuso de autoridade, ou qualquer outro meio de constrangimento (CASTILHO, 2008, p.2).

Nesse texto é possível identificar que as mulheres brancas eram consideradas vulneráveis a serem enganadas ou levadas a força para a prostituição ou libertinagem como chamavam, o que acontece desde esse momento então é a criminalização da prostituição recoberto pela criminalização do tráfico de mulheres, é como se essas devessem ser tuteladas pelo estado e tivessem a mesma fragilidade que um criança, ambas eram colocadas no mesmo patamar até então, era como se não tivessem vontade própria e quando escolhiam esse caminho então também eram vistas como criminosas.

Venson e Pedro (2013), escrevem que se inventou a prostituição em uma época com teorias eugenistas evolutivas latente, onde a prostituição era entendida como doença e essas mulheres consideradas um atraso para a civilização do mundo.

Eugenia, segundo Miskolci (2006), teve a sua emergência na Grã-Bretanha no fim do século XIX e vinha de ideias políticas conservadoras, nacionalistas e racistas que se dividiram em dois ramos:

Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos formavam o ramo “duro” da eugenia, o qual se baseava na concepção de Mendel sobre a hereditariedade. Segundo essa concepção, a hereditariedade não sofria influência do meio e, portanto, a preservação da “pureza” de certas “raças” era uma necessidade para evitar o fantasma da degeneração. (MISKOLCI 2006, p. 231)

Se analisado essa teoria na América Latina aqui prevalecia uma certa impressão de não desenvolvimento da ciência e de não aplicação sistemática de práticas inspiradas pelo desenvolvimento, Miskolci (2006).

As autoras Venson e Pedro (2013), ainda afirmam que nos séculos XIX e início do XX mulheres estrangeiras, as famosas “francesas” eram trazidas para o Brasil para o mercado da prostituição, os países sul-americanos queriam chegar a dita modernidade europeia, para isso teriam que copiar alguns detalhes como a abertura de diversos bordéis e casas noturnas principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

Siqueira (2013, p. 31) diz que nesse mesmo século “Karl Marx afirmava que no capitalismo tudo é mercadoria. Na sociedade globalizada em que vivemos o Tráfico de Pessoas tem dimensões comerciais como a da linha de montagem de

uma multinacional”. Entretanto, isso não faz com que a prostituição seja aceita moralmente, os autores também dizem que:

[...] a prostituição era considerada uma ameaça ao corpo, à família, ao casamento, ao trabalho e à propriedade, foi entendida como ‘doença’ e tornou-se alvo de planos de profilaxia. As prostitutas eram perseguidas por serem consideradas empecilhos à civilização, à ‘limpeza moral’ da cidade, e, por isso, sua circulação deveria ser controlada e suas casas deveriam ser afastadas para espaços confinados, definidos por reformas urbanas (VENSON e PEDRO, 2013, p. 64).

Ou seja, a preocupação com tráfico de pessoas e prostituição são conceitos criados conjuntamente e não como preocupação de direitos humanos. Nesse mesmo artigo uma arnacofeminista é citada, Emma Goldman, essa falava sobre uma legislação moralista que infantilizava as mulheres e ainda citou a exploração que havia de mulheres, não só na prostituição, mas em cada trabalho que era oferecido a mulheres, ela dizia que:

[...] a prostituição como fruto da exploração, mas uma exploração que abrangia quase todas as formas de trabalho disponíveis para as mulheres de seu tempo. A prostituição não era, portanto, uma condição decadente, uma atividade amoral ou um caso de escravidão, mas resultado de um sistema econômico que oferecia, para as mulheres, raras opções mais vantajosas que tal empreendimento. Ela conclui que reprimir a prostituição seria aumentar ainda mais as injustiças (VENSON e PEDRO, 2013, p. 66).

Dessa forma, a prostituta era vista como sendo vítima, ou por causa de sua debilidade ou por causa de algum explorador, uma mulher estrangeira que praticasse a prostituição aqui no Brasil e não fosse bem vista corria o risco de ser deportada a fim de “limpar” essas cidades que queriam tanto ser reconhecidas internacionalmente.

O Código Penal brasileiro em 1929 publicou uma primeira tentativa de conceituar o tráfico dentro da legislação, mas ainda não tinha muito avanço. Já no nosso Código Penal de 1940, o Decreto-Lei 2.848 no título VI – Crimes Contra os Costumes (Brasil, 2017), o tráfico ganha um artigo próprio, o artigo anterior não criminalizava o exercício da prostituição, porém a atividade ainda era vista como ruim, novamente aquele que atraísse pessoas para a prostituição e fosse pego, pagava pena. Também nesse sentido o termo rufianismo aparece: “tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça” (VENSON e PEDRO, 2013, p. 69).

Nas legislações fica claro que a mulher não pode escolher pela atividade de prostituição, que vai ser sempre uma vítima do crime de tráfico de pessoas, de exploração da prostituição, tanto é que a palavra vítima é feminina e daqueles que a levaram a prostituição todas flexionadas no masculino, o agente, o marido, o pai, e qualquer outra pessoa do sexo masculino, o que reforça a visão de fragilidade feminina.

Essas discussões acontecem em um momento em que ainda não existe um debate amplo sobre liberdade sexual e reprodutiva. Nesse contexto, a ONU se pronuncia sobre o tráfico e produz a Convenção para a Eliminação do Tráfico de Pessoas e Exploração da Prostituição de Outros, em 1949, era específico sobre exploração sexual e ajudou a consolidar acordos internacionais mais antigos (CASTILHO, 2008). “Essa convenção declarava que a escravização de mulheres e crianças para prostituição era incompatível com a dignidade e os direitos fundamentais de seres humanos” (VENSON e PEDRO, 2013, p.71).

O que muda a visão que se tinha até aquele momento, a partir daqui não se pensa mais só em mulheres e crianças, mas em seres humanos, um fator muito importante a se destacar é que se começou a usar exploração da prostituição e não mais escravização, e a visão nesse momento predominantemente era a abolicionista, ainda existente até os dias atuais, é o que explica Venson e Pedro (2013).

O tráfico de mulheres voltou a ser mencionado de novo só na década de 80 porque as campanhas feministas voltaram a discutir o assunto da prostituição, turismo sexual e também a questão do tráfico que agora era parte da agenda internacional, “Essas discussões estavam certamente ligadas às reivindicações de direito ao corpo e ao prazer colocadas em discurso pela Segunda Onda Feminista², movimento arrojado que surge nos anos 1960” (VENSON e PEDRO, 2013, p. 72).

² Momento em que o feminismo volta a ter força no ano 1960, isso acontece devido a uma gama de fatores que estavam efervescendo os movimentos sociais da época. Uma inspiração do movimento feminista veio com a publicação do livro ‘O segundo sexo’, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949, além disso a Guerra do Vietnã estava em curso, o movimento hippie americano crescia, houve lançamento da pílula anticoncepcional. É nessa década que na Europa e Estados Unidos o movimento feminista emerge fortemente e as mulheres passam a falar sobre as questões de poder entre homens e mulheres, foi um movimento libertário que procurava mais que mudanças na vida pública como no trabalho e na educação, mas também

Já na terceira onda feminista houve uma mobilização maior acerca da sexualidade e comércio do sexo, a categoria gênero também é elaborada nesse momento, Venson e Pedro (2013) relatam que nesse momento de luta o movimento das trabalhadoras do sexo também se fortalece e trazem demandas que são incorporadas a agenda feminista.

O problema é que na Convenção de 1949 outras formas de tráfico ainda eram desconsideradas como o trabalho em indústria têxtil, casamento servil, serviços domésticos e outros que agora já estão na legislação, além disso não havia consideração do tráfico interno que é aquele dentro do próprio país, explicam Venson e Pedro (2013).

Devido as reivindicações que vieram com as feministas Venson e Pedro (2013) dizem que o tráfico passou a ter o entendimento das Nações Unidas de comércio e exploração do trabalho em processos migratórios sob condição de coação e força, basicamente a prostituição não era mais o crime e sim as condições de vida e trabalho em que as mulheres podiam encontrar no trabalho sexual, dessa forma a visão abolicionista deixou de ser predominante

Borges (2013) explica que atualmente, existem as 2 posições sobre prostituição evidentes no debate antitráfico, abolicionista, nela toda prostituição é forçada, posição da Coalition Against Trafficking in Women (CATW), e a defendida pela Global Alliance Against Trafficking in Women (GAATW), que considera as más condições de trabalho como fator ruim e não a prostituição em si. A ONU adotou a visão da GAATW e reconheceu uma distinção entre a prostituição forçada e a voluntária.

Para entender melhor a criação de convenções e protocolos Castilho(2008) fez a seguinte linha do tempo:

a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas (Paris, 1910), a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (Genebra, 1921), a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (Genebra, 1933), o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de

Mulheres e Crianças e à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (1947), e, por último, a Convenção e Protocolo Final para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio (Lake Success, 1949) (CASTILHO, 2008, p. 2).

A definição usada hoje pelo Brasil e que está colocada no Protocolo de Palermo, foi negociado em 2000 pela ONU em razão de combater o crime organizado internacional, esse protocolo foi organizado em 3 linhas, tráfico de pessoas em especial mulheres e crianças, o contrabando de pessoas que passam pelas fronteiras ilegalmente e um último sobre tráfico de armas e munição segundo Castilho (2008).

Sendo que hoje, o que é nacionalmente conhecido como tráfico de pessoas é definido pelo Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (BRASIL, 2004), Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico De Pessoas, Em Especial Mulheres E Crianças, este decreto diz que o tráfico de pessoas é caracterizado pelo:

Recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração (BRASIL, 2004).

É claro que o Protocolo de Palermo apresenta avanços em comparação as legislações anteriores, tráfico ganhou um sentido mais amplo que não trata só de favorecimento da prostituição, considera outros trabalhos que expõe as pessoas a condições de exploração. Porém problemas também são apontados nesse decorrer, como a discordância de termos como exploração da prostituição e exploração sexual e também com vulnerabilidade, coerção. O que ainda continua a se repetir também nesse sentido é o fator de ainda se colocar mulheres e crianças lado a lado, ainda dando vez a vulnerabilidade feminina, outro problema foi o termo 'Consentimento' colocado no Protocolo e foi adicionado em 2005 para que ficasse adaptado à legislação supranacional.

Já em 2006 durante o governo Lula, o ex-presidente para responder as demandas da sociedade como um todo instituiu um Grupo de Trabalho

Interministerial para elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, logo após a Política Nacional também foi feita e nela algumas ações foram previstas com o objetivo de extinguir o tráfico de pessoas no país, o que foi uma preparação para que fosse elaborado a implementação desse plano, Venson e Pedro (2013).

CAPÍTULO 2

2.1 O Tráfico de Pessoas Como uma Expressão do Capitalismo

O Tráfico de pessoas é um crime que tem uma ligação muito forte com a acumulação capitalista, já que como explicado anteriormente, humanos se transformam em objetos que são passíveis de comercialização, o corpo humano ganha um preço de venda e compra, sua humanidade se obscurece no processo de tráfico humano.

A acumulação capitalista, segundo Marx (2013), tem sua origem no modo de produção capitalista e se deu por um processo de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa de forma violenta e fraudulenta e que os lançou ao mercado de trabalho. A indústria que nascia não era capaz de absorver todo mundo, dessa forma enormes massas de indigentes e desocupados foi formada, esses eram basicamente o volume de força de trabalho para ser comprada mais barata e mais explorada, essa situação gera um pauperismo muito forte e generalizado na Europa Ocidental. Além, é claro, da exploração das colônias com a exploração de suas terras e o tráfico de escravos, assim a burguesia ganhava mais capital e deixava cada vez mais pobre o proletariado.

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora, adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua (Marx, 2013, p.705).

O capitalismo é um mecanismo que durante o processo de acumulação aceita a dominação, essa situação de transforma junto da sociedade principalmente em se tratando de intensificação da precarização do trabalho, nesse quesito é que entra a feminização da pobreza, mulheres que carregam consigo estigmas de várias discriminações que as deixa mais vulneráveis.

A dinâmica da acumulação capitalista contemporânea, que tem ligação histórica e social com a acumulação primitiva, tem dimensões muito complexas já que o mercado capitalista se expandiu de forma jamais presenciada antes o que levou a uma nova possibilidade de acumular capital, a transformação das mulheres

de somente dar prazer aos homens a uma condição de mercadoria valiosa é o que Raulino e Nunes (2015) escrevem.

De fato, a sociedade capitalista – articulada em torno da produção da riqueza social para poucos, o que é possível somente pela exploração do trabalho da maioria da população – desenvolveu-se a partir da tendência imanente à sociedade burguesa de transformar tudo e todos em objetos, com vistas a auferir mais lucros, submetendo o conjunto da vida social à sua lógica destrutiva e desumana. (RAULINO e NUNES, 2015).

Dessa forma se tornou normal tirar coisas fundamentais das pessoas como a dignidade e a própria liberdade até mesmo de fazer suas escolhas, o poder pelo próprio corpo também é perdido. O capital vai sempre procurar novas formas de se expandir, atravessar as fronteiras e por causa disso as dimensões humanas são sobrepostas a dinâmica feroz do lucro e se transforma de diversas formas, por vários trabalhos e produtos diferentes, mulheres viram mercadoria.

Siqueira (2013) diz que o neoliberalismo entra com força no mundo no final do séc. XX, com uma agenda muito bem definida que é a redução dos gastos públicos e das políticas sociais e o mercado ganhando incentivo em áreas de extrema utilização e importante para o ser humano como a saúde, educação e a cultura. O Estado apenas intervindo de forma focalizada e pontualmente, além da construção de uma responsabilidade social e de solidariedade das pessoas em ajudar a contornar problemas de cunho social. O sistema capitalista fez com que a noção de direitos humanos fosse corroída, o tráfico de pessoas aparece nesse sentido então, e as ações de todas as partes, Estado, Sociedade Civil, ONGs e etc., são tão debilitadas que são incapazes de acabar com esse tipo de crime.

O tráfico de pessoas é um crime altamente rentável, o Relatório da OIT de 2005 menciona que a atividade de venda de pessoas dá um lucro anual de cerca de 31,6 bilhões de dólares, já a ONU afirma que essa é a terceira fonte ilegal de lucro no mundo e só perde para o tráfico de armas e drogas e que o lucro seria de 12 bilhões de dólares o ano (BRASIL, 2013).

Sabendo disso, não há como negar que o tráfico de pessoas é de um impacto econômico gigantesco e também um impacto sob a vida das pessoas, principalmente aquelas que são deixadas à margem da sociedade e que tem diversos tipos de dificuldade e estão vulneráveis, como é o caso das mulheres, que

perpassa também a um preconceito de gênero, uma violência sexista, seja quando há alguma violação da mulher que quer estar no espaço da prostituição ou daquela que não escolheu o trabalho de prostituta, a violência contra os corpos femininos podem ocorrer com os dois perfis citados a cima.

A mundialização do capital fez com que grupos de poder político, econômico e até cultural se formasse e sem uma centralização, isso está espalhado pelo mundo todo e se movimentam de acordo com seus interesses, claro que por vezes alguns países não entram nesse circuito mercadológico e deixa países de fora.

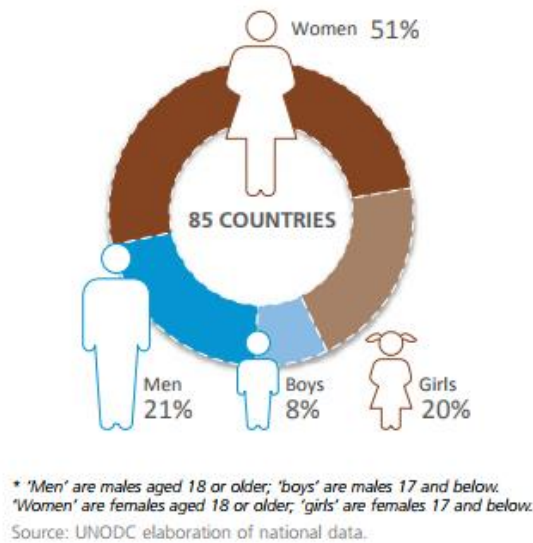
Segundo Raulino e Nunes (2015, p. 124) “Vivenciamos um movimento de dominação que se apresenta cada vez mais restrito, que não apenas acirra as desigualdades sociais, econômicas e culturais, mas também pratica violência e desqualifica as diferenças”. E elas ainda continuam o seu pensamento falando que esse cenário deixa evidente que o mundo globalizado é a precarização das relações de trabalho e condições de vida, que também perpassa em outras formas de exploração, seja de classe, raça/etnia e gênero como uma expressão da questão social como tal.

A situação que se dá por causa dessas assimetrias é que as pessoas traficadas viram apenas um objeto de vantagem financeira de outro, mesmo para aqueles que consentem em ser levados para essa situação, porque como é normal a vida girar em torno do capital e de uma vida glamorosa de poucos, eles se submetem para conseguir ganhos maiores.

O tráfico de mulheres também tem uma relação muito íntima com o capitalismo, são as pessoas, como abordado anteriormente, que mais sofrem a situação de pobreza, a feminização da pobreza, elas são também a maioria de pessoas traficadas no mundo, é o que diz documento que foi elaborado pela UNODC e divulgado no relatório global de 2016, nesta pesquisa evidencia-se que o número de mulheres e crianças do sexo feminino traficadas é de 51% mulheres e 20% meninas , enquanto o de homens chega a 21% e meninos a 8%.

Figura 1 – Vítimas detectadas de tráfico de pessoas por idade e sexo, 2014

FIG. 1 Detected victims of trafficking in persons, by age* and sex, 2014 (or most recent)



Fonte: UNODC (2016).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA também faz estudos sobre gênero e raça, não por coincidência as que mais sofrem com os problemas agregados a pobreza são mulheres, principalmente as mulheres negras que sofrem com indicies como mais baixa educação formal, baixo acesso à saúde e ainda são mais vítimas de violência doméstica (IPEA, 2011). A Revista Retrato das Desigualdades – Gênero e Raça, feita pelo IPEA em sua quarta edição, mostra que o número de mulheres no Brasil em 2009 que estavam desempregadas era de 9,2% de mulheres brancas e de 12,5% de mulheres negras (IPEA, 2011), isso mostra como o capitalismo pode ser mais cruel com as mulheres negras, sobre esse assunto o segundo capítulo se aprofundará.

Conforme o que mostra o relatório da Revista Retrato das Desigualdades (IPEA, 2011), a falta de oportunidades e a possibilidade de uma vida digna dentro do mundo capitalista são fatores que podem ser fundamentais para que mulheres estejam no mercado da prostituição e/ou sejam vítimas mais fáceis de serem aliciadas por uma rede de tráfico de mulheres, com a finalidade de serem exploradas sexualmente, a situação socioeconômica muitas vezes é a razão de tantas mulheres estarem no índice de pessoas traficadas, como as brasileiras.

Com salários menores e a obrigação de sustentar a si mesma e aos seus filhos as mulheres buscam melhorar a situação econômica da sua família, ao mesmo tempo percebem que para elas o sonho de uma posição social mais alta é praticamente impossível, essa situação acaba por fazer com que as mulheres se tornem mais expostas a algum aliciador que promete fazer com que ela consiga a tão almejada mudança de vida e assim se tornam mais uma vítima do tráfico de pessoas.

Além disso, o capitalismo também traz consigo alguns fatores como o acirramento da questão social e novas expressões dessa questão também, o tráfico de pessoas se alimenta dessas desigualdades geradas por esse sistema, como por exemplo a violência de gênero que aparece quando a mulher tem seu corpo mercantilizado.

Raulino e Nunes (2015, p. 6) dizem que “o tráfico de mulheres põe em xeque o sonho por uma vida diferente e, com isso, questiona os governos, instituições, profissionais no desenvolvimento de ações e iniciativas de proteção e de direitos”. As autoras ainda complementam falando que a situação dessas mulheres é de tamanha complexidade e que tem o poder de questionar e impulsionar governo e instituições a trabalharem no enfrentamento a isso, porque todas as dificuldades que as mulheres vivem ao ter que ser chefe de família, receberem menos em trabalhos e ter uma posição desfavorável também na divisão sexual de trabalho, isso tudo sem mencionar a jornada dupla de trabalho que as mulheres vivenciam de estar no mercado de trabalho e ainda ter que trabalhar dentro de casa.

Dessa forma as mulheres forçam o Estado que as reconheça, o elemento que mais se relaciona com o tráfico de pessoas é a exploração e o comércio do corpo feminino para satisfazer o sexo, além até mesmo de fronteiras, a mundialização do capital, intensifica essas situações com o aumento da desigualdade.

2.2 Gênero, Raça e a Centralidade do Trabalho – Tráfico de Pessoas Multifacetado

O tráfico de pessoas tem diversas motivações e para falar sobre algumas categorias que são consideradas vulneráveis a serem vítimas de redes do crime, é necessário explicitar a fundo o que cada uma delas significa, como e porque se relacionam ao tráfico de pessoas.

Uma dessas categorias que serão trabalhadas mais a fundo nesse trabalho é a de gênero, que é uma categoria bem utilizada na contemporaneidade e possui algumas vertentes que historicamente se consolidaram com o passar dos anos, sendo assim, é fruto de disputas políticas e teóricas, não havendo, portanto somente um conceito aceito.

O movimento feminista começou a usar a palavra “gênero” para se referir a organização social da relação entre os sexos a partir da distinção sexual, a autora Joan Scott (1986) que é feminista, pós-estruturalista e influenciada pelo escritor Michael Foucault, conta um pouco mais sobre como o termo “gênero” era trabalhado há algumas décadas atrás:

Ademais, e talvez o mais importante, o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalavam primeiro o compromisso do (a) pesquisador(a) com a história que incluía a fala dos(as) oprimidos(as) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão: assinalava também que esses(as) pesquisadores(as) levavam cientificamente em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos. (SCOTT, 1986, p.4)

Scott (1986) então define gênero como sendo um elemento constitutivo das relações sociais trabalhado na diferenciação entre os sexos, gênero seria uma forma de dar significado as relações de poder existentes, a autora explica que as mudanças que acontecem na organização das relações sociais vão corresponder a uma mudança das representações de poder. “O uso do gênero coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”. (SCOTT, 1986, p.7).

Gênero então é uma categoria que não discute de forma biologizante a diferença entre os sexos, mas sim como as relações sociais entre os dois correspondem a uma relação de poder, no caso, do gênero masculino sobre o gênero feminino.

Kergoat (2010) consegue relacionar os termos raça, gênero e classe, que são as categorias estudadas aqui, ela traz à tona o termo consubstancialidade, que significa que as relações sociais (que são abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa) coexistem no mesmo espaço no nível das práticas sociais, sendo assim, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem mutuamente.

Além disso, Kergoat (2010) aponta que essas relações sociais se manifestam e agem de três formas: a da exploração, da dominação e opressão, a autora exemplifica falando sobre as diferenças salariais, uma maior vulnerabilidade e os riscos maiores em se tornarem vítimas de violência.

Trazendo essa discussão para o âmbito brasileiro, a socióloga brasileira Adriana Piscitelli (2008), discute em seus estudos, além da questão de gênero, também a questão do tráfico, mais especificamente de mulheres. A autora, porém, utiliza o termo patriarcado, que é um termo ligado a gênero dentro do capitalismo para designar as opressões e desigualdades dentro desse sistema para as mulheres.

Piscitelli sobre patriarcado:

O Patriarcado sempre seja considerado como sistema de dominação masculina, há diferenças entre as maneiras de concebê-lo em correntes feministas radicais e socialistas. Às primeiras atribui-se a disseminação da idéia de Patriarcado como sistemas de opressão presentes ao longo do tempo e mediante as culturas, implicando que, universalmente, as mulheres compartilham uma realidade separada dos homens. Nas correntes socialistas, o patriarcado adquire uma dimensão histórica (variando no tempo) e uma base material, intimamente ligado aos modos de produção e reprodução. (PISCITELLI, 2008, p.264).

Para além disso, a autora também comenta a distinção entre sexo e gênero e como esse pensamento que foi difundido a partir da segunda metade da década de 1970 foi importante, já que a partir desse momento o conceito de gênero passou a

ser pensado como uma construção cultural e com aspectos ligados ao sexo biológico, para a categoria mulher isso foi um avanço.

Além disso, Piscitelli (2008) também leva em conta a onda do feminismo branco e faz suas críticas a ele quando diz que:

[...] o fato de que gênero, raça e classe são pensados como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam identidades, exclusivamente vinculadas aos efeitos da subordinação social e o desempoderamento (PISCITELLI, 2008, p.267).

A Autora afirma ainda que essas articulações das categorias seriam perceptíveis ao vincular gênero e sexualidade e também ao trabalho subordinado, já a raça seria uma questão além da cor da pele e que incluiria a força de trabalho atravessada por gênero. (PISCITELLI, 2008).

O movimento feminista mais ligado ao marxismo têm uma visão particular quanto a isso, que é a discussão que vai além de gênero, raça e classe como cita Cisne e Iamamoto:

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui classe. raça, etnia, orientação sexual, idade, etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital (CISNE e IAMAMOTO, 2005, p.3).

Então mesmo dentro da luta feminista deverá existir o cerne da luta de classes já que a opressão também vem de mulher branca para mulher negra, mulher de uma classe dominante para uma mulher trabalhadora e assim por diante.

Saffioti (2004), defende uma abordagem em que gênero acompanha todo o desenvolvimento da humanidade, já o patriarcado é recente e articulado à industrialização do capitalismo, patriarcado é sobre desigualdade e opressão. “Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Apesar das diferentes percepções do conceito gênero é possível encontrar um denominador em comum que é o fato de mulheres ainda terem uma posição subalternizada dentro da sociedade capitalista, que é a que o mundo se insere, independente da forma como gênero é estudado, a realidade se mostra mais engenhosa para aquelas que são lidas como do gênero feminino, são elas o objeto de opressão dentro da lógica machista que vivemos.

É importante ressaltar ainda dentro deste tema que o termo gênero se intensifica dentro do conceito de raça, as opressões vividas por mulheres brancas se mostram diferenciadas daquelas vividas por mulheres negras, historicamente falando são elas que precisam lidar com a pobreza latente.

Para entender o que é a categoria raça por si só e ela relacionada a categoria gênero é preciso entender a construção desse termo ao longo da história. Pesquisas tanto brasileiras como estrangeiras passaram a discutir/evidenciar a dinâmica societária relacionada a raça, tanto sobre assuntos cotidianos quanto aspectos estruturais a partir dos anos 1970 (PEREIRA, 2012), a autora ainda diz que essa temática tem abordagens e formulações diferenciadas e que por vezes podem ser contraditórias.

A definição de raça, mais especificamente de mulheres negras usada por Pereira (2012) tem muito em comum com diversos outros autores e essa explicação não aborda somente aspectos biológicos, mas também sociais e é a seguinte:

Por “mulheres negras”, defino aquelas mulheres socialmente marcadas pelos traços fenotípicos da afrodescendência, isto é, negras, pretas, pardas, mulatas, morenas etc. Afinal, as mulheres brancas não se vêem ou são vistas como portadoras de uma problemática racial, como se ser branca fosse o estado neutro, referencial. Sob a categoria “mulheres negras” encontra-se aqui a conceituação de raça como um signo expressivo para as pessoas não-brancas no estabelecimento das suas relações sociais e, por conseguinte, da sua identidade pessoal (PEREIRA, 2012, p. 3).

Segato (2005 *apud* PEREIRA, 2012) complementa que para ela raça é um signo, atua como indicador social que remete a um momento da história da polarização de derrotados- não brancos – e vitoriosos – brancos.

Esse histórico nos traz para a discussão de porque as mulheres negras são um grupo que sofrem tanto com o racismo como com o sexismo em suas experiências sociais pessoais.

Mulheres negras, diferente das mulheres brancas, são vistas como cidadãs subalternas e a questão racial como de responsabilidade somente dessas e não da sociedade como um todo, nesse sentido o movimento feminista acaba privilegiando mulheres brancas em detrimento de mulheres negras que ainda precisam lutar por muitas outras pautas, é o que escreve Pereira (2012). O Estado acaba por não reconhecer as expressões da questão social como de responsabilidade dele, deixando a problemática para ser resolvida pelos próprios grupos afetados.

Sueli Carneiro (2011) evidencia que mulheres negras e indígenas possuem demandas específicas, que não podem ser tratadas somente dentro da pauta de gênero sem levar em conta as especificidades do que é ser mulher para cada grupo de mulheres, o que exige uma concepção e protagonismo feminista com cada singularidade na sociedade brasileira.

Para Jurema Werneck, o racismo patriarcal e capitalista proporciona não uma dupla ou tripla subordinação das mulheres negras, mas antes as torna uma singularidade (histórica, política e societal), sobre a qual ele incide (Werneck, 2010, p. 13-14 *apud* PEREIRA 2012).

Basicamente o contexto histórico do período colonial permanece vivo no imaginário social, Pereira (2012) escreve que, agora com novos contornos e funções em uma ordem societária dita democrática, mantém viva o sistema de opressão. A autora citada ainda continua dizendo que a experiência vivida pelas mulheres negras não tem um reconhecimento, a diferença qualitativa e a opressão sofrida por estas, forma uma identidade feminina das mulheres negras.

Sueli Carneiro (2011) faz uma distinção do mito da fragilidade feminina, quando a mulher branca foi alvo de proteção paternalista dos homens, as mulheres negras não tiveram essa preocupação, eram um contingente de mulheres que desde sempre não foram tratadas como frágeis, mas como inferiores e mão de obra, seja escrava, seja barata.

Neste sentido, inclusive, podemos perceber a diferença no fato de as legislações sobre o tráfico de pessoas terem sido em favor da proteção das mulheres brancas em detrimento de sua fragilidade, equiparadas a crianças, o que nunca houve no caso de mulheres negras.

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2011, p.1)

Neves (2010) diz que as intersecções interagem e que não é somente a soma de diferentes modalidades de discriminação, mas as formas como elas se intersectam. A autora, que escreve sobre o tráfico para fins de exploração sexual de mulheres brasileiras para Portugal, ainda relata que as vítimas desse tipo de crime vêm de grupos marcados por múltiplas opressões.

As estimativas do tráfico de pessoas apontam para o fato de que mulheres e crianças do sexo feminino são as principais vítimas do tráfico para fins de exploração sexual e em grande parte isso se deve ao aumento da feminização da pobreza, segundo estudos de Neves (2010).

Tendo todos esses conflitos de raça e gênero explicados é possível fazer uma outra ligação ainda, a centralidade do trabalho, essas mulheres brancas e mais ainda as mulheres negras tem uma grande dificuldade de se inserirem dentro da lógica do grande capital, já que culturalmente falando, esses lugares não as pertence, são espaços negados e que quando existe a possibilidade de uma mulher tê-lo, ele é tornado extremamente hostil.

Marx (1989) conceitua o trabalho como a interação do homem com a natureza, mundo natural, sendo que esses elementos são conscientemente mudados para que se alcance um propósito desejado no final, normalmente para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas (MARX, 1989, p.153).

Nas palavras de Hobsbawn:

A base objetiva do humanismo de Marx e, simultaneamente, de sua teoria da evolução social e econômica é a análise do homem como um animal social. O homem – ou melhor, os homens – realizam trabalho, isto é, criam e reproduzem sua existência na prática diária, ao respirar, ao buscar alimento, abrigo, amor, etc. Fazem isto atuando na natureza, tirando da natureza (e, às vezes, transformando-a conscientemente) com este propósito. Esta interação entre o homem e a natureza é – e ao mesmo tempo produz – a evolução social. Retirar algo da natureza, ou determinar um tipo de uso para alguma parte da natureza [inclusive o próprio corpo] pode ser considerado e é o que acontece na linguagem comum, uma apropriação, que é, pois, originalmente, apenas um aspecto do trabalho (HOBSBAWM, 1994, p.16).

Essas conceituações de trabalho estão mais ligadas a percepção inicial do trabalho, de que as pessoas retiram da natureza matéria-prima e a modificam como acham necessário para seu próprio consumo. A lógica de grandes ganhos e lucros aparece um pouco mais a frente.

A exploração do trabalho é uma das condições da riqueza capitalista, segundo os escritores Santos, Gomes e Duarte (2009), que implica dizer que para o sistema capitalista funcionar é necessário que parcela da população precisa ser explorada. O problema desse fato é que o capitalismo usa o meio ambiente também de forma destrutiva acarretando em constantes crises por causa dos custos para estar sempre se reestruturando, um dos grandes afetados então são a população que tem como mercadoria sua mão-de-obra, que nesse empasse também sofre com constantes precarizações.

O trabalho industrial e fabril teve uma diminuição da participação do proletariado que passou, de forma heterogênea para o setor de serviços, nesse sentido também houve a entrada de um grande contingente feminino, é o que escreve Antunes (1997), além desse fator, o autor explica que acontece uma subproletarização intensificada que são os atuais trabalhos temporários, subcontratados, mais conhecido como ‘terceirização’, a precarização do trabalho.

Isso acaba por facilitar o tráfico de pessoas, pois, Antunes (1997) diz que, grande contingente de imigrantes se dirige para países conhecidos como de

‘Primeiro mundo’, em busca de conseguir uma colocação no mercado de trabalho. É nesse cenário e como resultado deste que o desemprego estrutural toma força mundialmente, e aqueles existentes assumem formas do trabalho precário.

A mudança nesse panorama traz as mulheres para dentro da classe trabalhadora, o que para Antunes (1997, p.45) “Possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital”.

Antunes (1997) também acrescenta que a classe que hoje vive do trabalho é tanto feminina quanto masculina e que dessa forma existe a necessidade de assimilar que a exploração presente nas relações de capital/trabalho são também aquelas presentes nas relações homem/mulher, desta forma entendendo e possibilitando a emancipação do gênero feminino.

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. (Antunes, p.46, 1997).

“As sociedades capitalistas a nível global necessitam permanentemente destas e de outras formas de sobre exploração para manter o capital, com o rosto que lhe conhecemos. Com a globalização neoliberal, tal torna-se ainda mais evidente” (SANTOS, GOMES e DUARTE, 2009, p. 72).

O tráfico de pessoas tem como finalidade a exploração de pessoas em diversas áreas e setores, nesse sentido a demanda por trabalhadores traficados surge, já que a ideia de lucro é a que perdura, e esses trabalhadores, seja por fatores ligados a pobreza, discriminação, violência, desemprego e etc. são induzidos a procurar melhores oportunidades, aumentando a vulnerabilidade e atenção de aliciadores e traficantes, segundo Scacchetti (2013).

Estudos também apontam para uma zona de vulnerabilidade para o tráfico de pessoas, é o que sugere Salgado (2013), que explica que essa zona é formada por setores pobres que buscam sua inclusão, além disso os estudos sobre a

vulnerabilidade também estão associados à ideia de risco sobre o desemprego, precariedade do trabalho e também a pobreza e falta de proteção social.

Tendo isto em vista e sabendo da disparidade que existe ainda hoje quando se trata do mundo do trabalho, as mulheres acabam por ser um grupo muito afetado diante dessas novas configurações do trabalho, que são precários e ainda pagam menos para mulheres, em se tratando de mulheres negras e como mostrado anteriormente, estas são a maior parcela de pessoas desempregadas, estando ainda mais vulnerável nesse sentido. Em uma sociabilidade em que o trabalho é entendido como central, essas pessoas que ficam a margem, sejam as desempregadas ou as que estão trabalhando de forma precária, são potenciais vítimas das redes criminosas.

2.3 O Tráfico para Fins de Exploração Sexual e as Mulheres

O tráfico de mulheres perpassa por todas as modalidades que hoje são consideradas pela legislação brasileira que trata sobre o tráfico, porém, quando os dados de pesquisas sobre o assunto são analisados, o tráfico de mulheres com a finalidade de exploração sexual é perceptivelmente a maior.

O que está vigente na legislação brasileira, sobre as modalidades em que o tráfico de pessoas atua está no Artigo 3º do Protocolo de Palermo pelo Decreto nº 5.017, de 12/03/2004 (BRASIL, 2004) e nele a exploração pode acontecer por meio de Trabalho análogo ao escravo, Exploração sexual, Remoção de órgão, Casamento servil e também a Adoção ilegal.

As mulheres são uma grande gama das vítimas de todas as modalidades mencionadas à cima, Neves (2010) cita em seu texto que o tráfico de pessoas tem ligação com a migração, nos últimos anos o mundo tem passado por uma feminização das migrações e mesmo que não seja uma relação direta com a violência e a discriminação de gênero, no processo de tráfico existe um aproveitamento dessa vulnerabilidade o que ocasiona um aumento substancial da vitimação feminina. Então o tráfico para fins de exploração sexual é um espelho dos efeitos das opressões vividas pelas mulheres.

O Tráfico com fins para a exploração sexual envolve muitas particularidades, inclusive relações sociais como a de gênero, raça e classe, na verdade o que se mostra é a desigualdade de relação de poder entre mulheres e homens.

As dinâmicas dos processos de migração não são aleatórias, nem biologicamente determinadas, estando antes dependentes de condições sócio-demográficas como a etnia, o sexo, a classe social e a idade, assim como de outras condições como o nível educacional, a ocupação, o estatuto conjugal e as pressões políticas e económicas associadas a zonas geográficas particulares (O.MCKEE, 2000 *apud* NEVES, 2010, p.178).

Esse fato pode ser demonstrado pelos dados do Relatório Anual sobre Tráfico de Seres Humanos de 2009, que foi produzido pelo Ministério da Administração Interna, onde o tráfico para fins de exploração sexual se materializa a partir da intersecção de determinados perfis identitários como ser pertencente a ao gênero feminino, pertencer a uma raça-etnia como a negra e fazer parte de classes mais baixas. Basicamente pertencer a esse grupo faz com que uma pessoa entre num fator de risco para se envolver em situações de exploração e principalmente a exploração sexual, o que nos leva ao principal dado segundo a pesquisa de Neves (2010, p.178):

Assim, constata-se que as vítimas de tráfico para fins de exploração sexual são, sobretudo mulheres estrangeiras, com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos, que provêm de países com nítidos contrastes sociais, onde as taxas de pobreza e de precariedade social são muito elevadas.

Neves (2010), afirma que esse debate ganhou mais força com a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, que aconteceu em 1995, onde algumas recomendações foram produzidas como a indispensabilidade de se reconhecer a idade, deficiência, situação socioeconômica e o fato de pertencer a certo grupo étnico ou racial na análise sobre discriminação de gênero. Foi quando a interseccionalidade começou a se firmar dentro do assunto e a compreensão sobre desigualdade social deu um avanço.

“A feminização, tanto da pobreza como da migração apontam para o fato de o tráfico de pessoas do gênero feminino serem as principais vítimas do tráfico de mulheres” (LANGEVIN e BELLEAU, 2000 *apud* NEVES, 2010, p.178).

Neves (2010), observa que as mulheres brasileiras são grande parte das vítimas de tráfico para fins de exploração sexual em Portugal, a partir de dados que vieram de uma importante investigação “O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas de 2004”, essa investigação aponta que as redes do tráfico de mulheres brasileiras são compostas tanto por portugueses quanto por brasileiros, já as vítimas com idade entre 20 e 30 anos em sua maioria eram da região Nordeste do Brasil.

Essas mulheres vinham de um contexto de pobreza social, onde a baixa escolaridade e o analfabetismo era muito forte e parte dessas pessoas exerciam a prostituição como meio de trabalho antes de serem traficadas. Neves (2010) ainda escreve que essas mulheres que eram levadas para serem exploradas no mercado sexual e trabalhavam em condições precárias ganhavam muito pouco e que logo era enviado para as suas famílias no Brasil. Basicamente a migração dessas mulheres acontecem por razões econômicas.

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) o perfil da vítima de tráfico para fins de exploração sexual, em Portugal, pode ser descrito da seguinte forma: ‘Mulher brasileira, com idade compreendida entre os 22 e os 30 anos, solteira, com nível médio de instrução (idêntico ao 12.º ano de escolaridade em Portugal) e emprego no sector terciário no país de origem, oriunda maioritariamente do estado de Goiás, viajando pelos seus próprios meios e vontade para Portugal’ (SANTOS et al., 2007, p. 229 *apud* NEVES, 2010, P.184).

O tráfico de mulheres em Portugal tem uma característica importante, a maioria das mulheres são brasileiras, em 2009 o Ministério da Administração Interna sinalizou 84 vítimas desse crime, onde 61 dessas em sua maioria eram de nacionalidade brasileira, segundo Neves (2010), esse número se mostrava expressivo devido a crescente migração de brasileiro para o país, principalmente de brasileiras.

O que ocorre para Neves (2010), Portugal possui algumas particularidades em comum com o Brasil, seja a história de colonização, a língua falada, familiares ou conhecidos e uma certa proximidade cultural, isso faz com que o país se torne mais atrativo para a migração, já que as barreiras são menores do que seriam se fosse outro país.

Neves (2010) escreve que os migrante mais recentes, diferentes dos migrantes brasileiros que iam pra Portugal na década de 80, tinham a diferença da qualificação para certos empregos, enquanto os mais antigos tinham maior qualificação, os mais recentes vão entrar no mercado de trabalho de forma mais precária, mesmo aqueles que tiverem uma formação acadêmica mais ampla são inseridos em atividades diferentes daquelas pra quais estudaram, as mulheres, por exemplo, vão ser inseridas em atividades domésticas.

Nesse sentido é que Leal e Leal (2005 apud NEVES, 2010) trazem dados da PESTRAF- a Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial do Brasil, que elaboram análises sobre o tráfico de mulheres pra fins de exploração sexual comercial baseados em indicadores socioeconômicos como (relações de mercado/consumo/projetos de desenvolvimento/trabalho e migração), dessa forma podem relacionar como acontece a repulsão ou a atração para esse tipo de caso e os dados dessa pesquisa favorecem a análise das desigualdades de gênero, raça e etnia como sendo uma das vulnerabilidades das mulheres brasileiras ao tráfico de pessoas.

Piscitelli (2008) defende que as migrantes brasileiras são afetadas pela interação de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade e ainda escreve que:

Nos contextos migratórios acima comentados, pensar nas articulações entre gênero, sexualidade, raça e etnicidade/ nacionalidade contribui para compreender as experiências das migrantes brasileiras. As interseções entre essas categorias dotam de sentido a percepção que se tem das brasileiras e as ações dessas mulheres, jogando com as interseções entre diferenças que elas corporificam nos cenários descritos (PISCITELLI, 2008, p.272)

As brasileiras têm uma imagem difundida pela sociedade portuguesa que ultrapassa a simbologia da sexualidade, elas na verdade são representadas como muito erotizadas e pouco intelectualizadas (FRANÇA, 2010 *apud* NEVES 2010), ela ainda continua seu texto explicando que é por causa dessa lógica que as brasileiras se submetem a diversas situações em Portugal, de terem um prestígio social baixo, ocupar as vagas mais precárias de emprego – com baixa remuneração e horários extensos.

Por causa dessa fama de estar no ‘mercado do sexo’ muitas brasileiras sofrem um processo de exclusão social que as leva a um mundo da precariedade e aumenta os riscos de situações de exploração e tráfico sexual, Neto (2010).

O Brasil, segundo Piscitelli (2008), foi incluído nos circuitos mundiais do turismo sexual e logo a imagem de prostituta da mulher brasileira também foi reafirmada, a brasileira, principalmente quando migrante, foi condicionada a imagem sexualizada.

É possível, assim, concluir que, na busca de melhores condições de vida, as mulheres brasileiras migrantes confrontam-se muitas vezes com novas experiências de discriminação interseccional. São vítimas de violência e de opressão pelo facto de serem mulheres, brasileiras, migrantes e pobres, assim como pelo facto de serem conotadas como prostitutas. (NEVES, 2010, p. 187)

Os países que são mais conhecidos por terem mais vítimas brasileiras de tráfico internacional para fins de exploração sexual são Espanha, Itália, Holanda, França, Alemanha, Estados Unidos e Japão. Países que fazem parte da fronteira seca do Brasil também foram identificados, como Suriname, Guiana Francesa, Guiana e Venezuela, segundo o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas em sua consolidação de dados de 2005 a 2011– Ministério da Justiça (MJ) (BRASIL, 2013).

Estudos da Universidade de Coimbra em Portugal e que são coordenados pelo Professor Boaventura Sousa Santos, a partir de dados fornecidos pela Polícia Judiciária, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e também por organizações não-governamentais falam que cerca de 80% das vítimas de tráfico de pessoas com a intenção de exploração sexual são brasileiras (REPÓRTER BRASIL, 2006).

Nessa mesma reportagem, a pesquisadora da Universidade de Coimbra, Madalena Duarte, diz que “uma das características do tráfico, de acordo com o estudo, é o regime de endividamento, que leva à escravidão, o que ocorre tanto com brasileiras como com gente do Leste Europeu. “Eles retiram os passaportes e os vistos e ameaçam entregar à polícia, que iria repatriá-las. Elas vão acumulando dívidas, o que gera uma situação de escravidão.” (REPÓRTER BRASIL, 2006).

É neste contexto também que Santos, Gomes e Duarte (2009) apontam o surgimento da problematização da palavra “vítima”, já que em estudos feministas a

definição que se dá pressupõe a passividade das mulheres diante das estruturas que as oprimem – o patriarcado, que como citado anteriormente por Saffioti (2004) diz respeito à desigualdade e à opressão, dentro das relações de gênero, além disso essa ideologia patriarcal vem de uma estrutura de poder desigual entre mulher e homens.

Porém, seguem os autores Santos, Gomes e Duarte (2009), o tráfico sexual deixa ainda mais complexa essa situação porque tem o poder de ultrapassar as questões éticas da sociedade sobre ela mesma, e é desta forma, por ser um tema com questões éticas e tabus imbricadas, como a prostituição, que é possível ainda encontrar na legislação sobre o tráfico de pessoas e também em sua aplicação certos estereótipos e preconceitos que precisam de nossa reflexão.

Inclusive uma grande demonstração desse preconceito para com imigrantes brasileiras é o movimento ‘mães de Bragança’³, em 2003 mulheres se reuniram com a intenção de acabar com a prostituição.

Um fator que torna a discussão da palavra vítima é o fato de que caso uma pessoa seja objeto do tráfico e considerada como vítima por políticas e leis, elas só passam a ter esse status após se tornarem informantes da polícia e entregarem seus ‘traficantes’, que podem ser pessoas muito próximas como familiares ou amigos, segundo Santos, Gomes e Duarte (2009).

Outro fator é a dicotomia que os governos se encontram entre a proteção e promoção dos direitos humanos face o desejo de controlar as fronteiras de seus países, muitos países só voltam a atenção para o tráfico de pessoas na intenção de controlar a migração e não na defesa dos direitos humanos.

O Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o tráfico de pessoas, sobretudo mulheres e crianças, das Nações Unidas, que constitui um nível de cooperação dos diversos Estados e ONGs sem precedentes, se centra sobretudo nas migrações e no controlo das fronteiras e que, embora contenha uma série de disposições importantes, estas não surgem com carácter vinculativo, e tão pouco a mulher vítima de tráfico está isenta de

³ Ganhou notoriedade na mídia em 2003, no Distrito de Bragança – Portugal, foi um conflito entre as mulheres portuguesas e mulheres brasileiras prostitutas que eram em “clubes de dança” em toda a cidade, atraíam homens de todas as idades e classes sociais. Aconteceu então contestação de um movimento feminino chamado mães de Bragança, que eram as esposas portuguesas que se diziam cansadas de ver os seus maridos gastarem o dinheiro com as meninas (CORREIA, 2014)

ser criminalizada ou deportada. (Ratna Kapur, 2006 apud SANTOS, GOMES e DUARTE, 2009, p.91)

O autores Santos, Gomes e Duarte (2009) complementam que várias ONGs e acadêmicos pensam que com essas legislações que endurecem a entrada de migrantes legalmente faz com que o número de migrantes ilegais aumente e ainda mais, fazer com que o tráfico angarie mais pessoas para a clandestinidade.

Como outro ponto, alguns autores tem uma posição de que a questão do tráfico de mulheres em países periféricos em relação ao discurso universal dos direitos humanos, não passa de uma perspectiva ocidental sobre os mesmos, os países que não são centrais ainda não conseguem ter voz sobre seus problemas e suas especificidades de acordo com Santos, Gomes e Duarte (2009), os autores também expõe o fato de o consentimento ser um assunto polêmico dentro da temática, já que existem as mulheres que consentem em se prostituir, mas não deixam de estar sujeitas a exploração, e esse consentimento voluntário deve ser analisado, pois situações de miséria e pobreza normalmente estão por trás dessa decisão, apesar de ser um ato individual expressa os atos de injustiça social que são coletivos e Santos, Gomes e Duarte (2009) explicam que isso traz para o centro da discussão a sociedade capitalista que cria essa situação.

CAPÍTULO 3

3.1 Dados Sobre as Mulheres Brasileiras

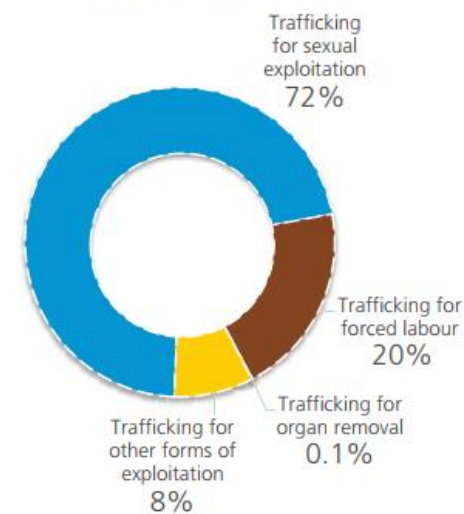
Órgãos tanto nacionais como internacionais realizam pesquisas e elaboram relatórios sobre os casos de tráfico de pessoas apurados, internacionalmente o dado mais recente vem do Relatório Global de Tráfico de Pessoas de 2016 (UNODC, 2016), nesse, vários dados como gênero, idade, países de maior destino são mostrados, esses dados se mostram importantes porque é a partir deles que ações podem ser pensadas no sentido da prevenção.

Dados deste relatório como já apontado acima, indicam que o tráfico de pessoas teve um total de 51% mulheres e 20% de meninas, enquanto o de homens chegou a 21% e meninos a 8% do total de pessoas traficadas mundialmente (FIGURA 1).

Além disso, outro dado necessário de se ressaltar é o fato de que o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual tem um alto índice, o maior entre as categorias de tráfico de pessoas, 72% das mulheres traficadas acabaram por serem exploradas sexualmente (FIGURA 2). (UNODC, 2016)

Figura 2 - Formas de exploração entre vítimas de tráfico de mulheres detectadas.

FIG. 11 Forms of exploitation among detected female trafficking victims, 2014 (or most recent)



Source: UNODC elaboration of national data.

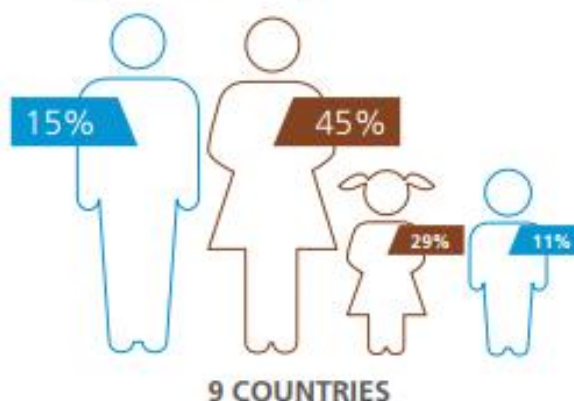
Fonte: UNODC (2016)

Dados que ainda não são do Brasil, mas que trazem uma percepção do cenário vivido pelas mulheres é do tráfico de pessoas na América do Sul, neste é possível verificar que as mulheres, adultas e crianças também são o grupo mais afetado pelo tráfico de pessoa, as mulheres latinas compreendem um total de 45% de mulheres adultas e 29% de crianças, os números para os homens caem pela metade, 15% são homens adultos e 11% de meninos, o que pode ser visto na figura abaixo (FIGURA 3) (UNODC, 2016).

Esses dados conseguem traçar um panorama e trazer para a realidade o fato de que o gênero feminino é o mais afetado, mais ainda, as mulheres e meninas passam pela exploração de seu corpo, o que é uma mostra das relações de poder que os homens ainda têm sobre as mulheres.

Figura 3 – Vítimas detectadas de tráfico de pessoas na América do Sul, por idade e sexo, 2014.

FIG. 92 Detected victims of trafficking in South America, by age and sex, 2014 (or most recent)



Source: UNODC elaboration of national data.

FONTE: UNODC (2016).

No Brasil, o Ministério da Justiça é o órgão do Estado que de tempos em tempos elabora o “Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas”, de fato, os dados fornecidos ainda são precários em relação aos dados que correspondem ao tráfico de pessoas (BRASIL, 2013), porém existem muitas fontes oficiais, que apesar de terem um olhar diferente da temática, levantam esses dados.

A Divisão de Assistência Consular – DAC, é quem passa importante informações para as vítimas de tráfico de pessoas brasileiras e a principal forma de informação é dado por telegramas que são enviados pelas Embaixadas e Consulados, segundo o “Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas” (BRASIL, 2013), além disso é a partir das informações que uma vítima, amigo, familiar ou instituição dão que o caso é encaminhado e começa a ser analisado.

É exposto também no “Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas” (BRASIL, 2013) que houve 62 registros de vítimas de tráfico, destes, 41 casos (66%) foram de tráfico para a exploração sexual e 21 (34%) para trabalho escravo. Do número de mulheres dentre as 41 vítimas de exploração sexual, 36 eram do sexo feminino e 5 de sexo não informado.

Outra análise feita nesse relatório foi o fato de que no geral há um maior número de casos de tráfico para fins de exploração sexual, com média anual de 60

casos por ano, menos em 2011 (9 casos) e 2012 (8 casos) onde os números caíram, o que não necessariamente significa uma queda dos casos, que voltaram a crescer em 2013 (62 casos) (BRASIL, 2013).

Já os dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP e da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP vem de duas corporações, a Polícia Militar e a Civil, por meio de ROs – Registros de Ocorrência e BOs- Boletins de Ocorrência. Porém esses dados não estão reunidos e informações específicas sobre o crime não são feitas, pois esse sistema não solicita essas informações para as unidades federativas, por isso foi feita uma coleta sistemática junto as polícias estaduais.

Nesse “Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas” (BRASIL, 2013) foram coletados dados de 18 das 27 unidades federativas, o que foi constatado é que o número de vítimas tende a ser maior do que o número de ocorrências e o motivo é que cada ocorrência pode ter mais de uma vítima. Dos estados que enviaram informações, São Paulo e Minas Gerais tiveram o maior número de vítimas, 184, destes, 108 relacionados a exploração sexual, 107 internamente e 1 internacional. Já em Minas Gerais foram 29 casos gerais e 3 eram relacionados ao tráfico internacional para a exploração sexual (BRASIL, 2013).

Basicamente a categoria mais comum foi a de exploração sexual que gerou um número de 134 do total de 254 casos, somando o tráfico interno com o internacional eles são 52,8% das ocorrências que foram registradas.

Um importante dado que o Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (BRASIL, 2013) traz é que as notificações tanto dos casos suspeitos como aqueles que já foram confirmados mostram um conjunto de informações sobre o perfil dessas vítimas de tráfico de pessoas (sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade, situação conjugal, se gestante e zona de residência, além de alguns dados referentes ao(s) autor(es) da agressão e outras informações sobre a violência sofrida).

Dados coletados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do – SDH/PR também foram disponibilizados no “Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas” (BRASIL, 2013), essas informações, que inclusive

ajudam a traçar o perfil das vítimas é colhido a partir de denúncias feitas no Disque 100, que são encaminhadas para órgãos competentes com as ações necessárias como polícias, a Defensoria Pública, a Polícia Federal, o Ministério Público, a Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Secretaria Nacional de Justiça - SNJ/MJ, entre outros, o caso é acompanhado pela secretaria até seu desfecho.

Esses dados vão de 2011 a 2013, e o relatório atesta que houve aumento de mais de 8 vezes de 2011 a 2013, pulou de 26 para 218 casos. Com relação ao sexo é possível observar na tabela abaixo (Figura 4) um número maior de mulheres do que de homens em todos os anos, o total de casos em que o sexo foi informado foi de 184 para um total de 309 casos em 2013, dessas, 135 eram mulheres – 73,4% dos casos, é o que aponta o Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (BRASIL, 2013).

Figura 4 - Perfil das Vítimas de Tráfico de Pessoas – Sexo, Brasil, 2011 a 2013

Sexo	2011	2012	2013
Feminino	15	57	135
Masculino	11	46	49
Total válido	26	103	184
Não informado	6	67	125
Total	32	170	309

Fonte: Brasil (2013)

O “Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas” (BRASIL, 2013) também traz dados da SDH que analisa as informações sobre identidade de gênero, que seriam dados importantes, principalmente em se tratando de exploração sexual, porém esse fator quase nunca é reportado nas denúncias. Sobre a cor da pele, a maior parte das vítimas reportadas foi de, 57 reportadas como brancas, 33 vítimas

identificadas como pardas e em 7 casos como pretas, sendo que não havia informação sobre cor/raça em 210 casos como pode ser visualizado na Figura 5. (BRASIL, 2013).

Figura 5 – Perfil das Vítimas de Tráfico de Pessoas- Cor/Raça, Brasil 2011 a 2013

Cor / Raça	2011	2012	2013
Amarela	0	0	1
Branca	7	29	57
Indígena	0	1	1
Parda	9	9	33
Preta	1	1	7
Total válido	17	40	99
Não informado	15	130	210
Total	32	170	309

Fonte: Brasil (2013)

Outros órgãos, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República também tem o número de telefone que registra essas ocorrências de tráfico, é o Ligue 180, o número oficial da Central de Atendimento à Mulher, de acordo com esses dados da SPM, houve aumento de 2007 a 2013, comparando os anos de 2012 para 2013 passaram de 58 para 340 denúncias/casos, sendo que cada caso pode ter mais de uma vítima (BRASIL, 2013).

Ainda o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (VIVA/SINAN) do Ministério da Saúde, implementou a notificação de violência doméstica, sexual e outras violências, dentre elas o tráfico de pessoas, esse sistema faz o registro dessas informações (BRASIL, 2013).

A partir desse órgão é possível dizer que a maior parte dos casos atendidos foi de mulheres de 0 a 29 anos, sobre a cor/raça predominante brancas (43%), pardas (38,3%) e pretas (12,1%), indígenas (3,7%) e amarelas (2,8%), a somatória desses dados demonstra que o número de brancas vítimas é menor que os fornecidos pela SDH através do Disque 100, a figura 6 traz esses números.(BRASIL, 2013).

Figura 6 – Notificações de casos de tráfico de pessoas – Raça/Cor, Brasil, 2013

Raça/Cor	N – Feminino	%	N – Masculino	%	N – Total	%
Branca	34	44,7	12	38,7	46	43,0
Preta	10	13,2	3	9,7	13	12,1
Amarela	0	0,0	3	9,7	3	2,8
Parda	30	39,5	11	35,5	41	38,3
Indígena	2	2,6	2	6,5	4	3,7
Total válido	76	100,0	31	100,0	107	100,0
Ignorado	6		2		8	
Total	82		33		115	

Fonte: Brasil (2013)

O VIVA/SINAN também forneceu dado sobre os suspeitos, de acordo com as notificações das vítimas, 80% dos casos os agressores são do sexo masculino.

Esses dados, que estão no Ministério da Saúde – MS, registra e notifica casos que sejam de tráfico de pessoas desde o ano de 2009, desses quatro anos uma informação que se observa é do crescimento do número de vítimas durante esse período, que vai de 29 no primeiro ano para mais de 100 nos anos 2012 e 2013 de casos denunciados. Analisando os dados que foram disponibilizados pelo Ministério da Saúde é possível aferir que a maior parte dos casos que foi atendido eram de mulheres, 82, se tornando 71,3% dos casos totais (BRASIL, 2013).

Já sobre a escolaridade informada nota-se uma parcela grande entre as vítimas que concluíram de quinta e a oitava série do Ensino Fundamental (31,4%), proporção maior aqui de mulheres (34%) do que de homens (21,4%), ainda, o número é considerável daquelas que são analfabetas ou concluíram até a quarta série do Ensino Fundamental (18%) (BRASIL, 2013).

Figura 7 – Notificações de Casos de tráfico de pessoas – Escolaridade, Brasil, 2013.

Escolaridade	N – Feminino	%	N – Masculino	%	N – Total	%
Analfabeto	2	3,6	1	7,1	3	4,3
1ª à 4ª série incompleta do EF	5	8,9	5	35,7	10	14,3
4ª série completa do EF	3	5,4	0	0,0	3	4,3
5ª à 8ª série incompleta do EF	19	33,9	3	21,4	22	31,4
Ensino Fundamental completo	5	8,9	1	7,1	6	8,6
Ensino Médio incompleto	10	17,9	2	14,3	12	17,1
Ensino Médio completo	10	17,9	1	7,1	11	15,7
Educação Superior incompleta	1	1,8	1	7,1	2	2,9
Educação Superior completa	1	1,8	0	0,0	1	1,4
Total válido	56	100	14	100	70	100
Ignorado/Não se aplica/Sem preenchimento (em branco)	26		19		45	
Total	82		33		115	

Fonte: Brasil (2013)

Desse sistema do VIVA/SINAN, dos casos notificados de 2013, 59% das vítimas se disseram solteiras e 34,2% casadas ou em união consensual (figura 8). Já na figura 9 o fator urbano e rural, vítimas tanto mulheres como homens disseram residir em zona urbana (91,7%) (BRASIL, 2013).

Figura 8 – Notificações de casos de tráfico de pessoas- Situação Conjugal, Brasil 2013

Situação Conjugal	N – Feminino	%	N – Masculino	%	N – Total	%
Solteiro	35	58,3	8	61,5	43	58,9
Casado/união consensual	20	33,3	5	38,5	25	34,2
Viúvo	1	1,7	0	0,0	1	1,4
Separado	4	6,7	0	0,0	4	5,5
Total válido	60	100,0	13	100,0	73	100,0
Ignorado/não se aplica/Sem preenchimento (em branco)	22		20		42	
Total	82		33		115	

Fonte: Brasil (2013)

Figura 9 – Notificações de casos de tráfico de pessoas-Zona de Residência, Brasil 2013.

Zona de Residência	N – Feminino	%	N – Masculino	%	N – Total	%
Urbana	71	92,2	28	90,3	99	91,7
Rural	6	7,8	3	9,7	9	8,3
Total válido	77	100,0	31	100,0	108	100,0
Ignorado/Sem preenchimento (em branco)	5		2		7	
Total	82		33		115	

Fonte: Brasil (2013)

Um fator muito importante também é a faixa salarial dessas pessoas, ela se concentra naqueles que recebem até um salário mínimo ou menos (67%) dos casos, (9%) aqueles que recebem de 1 a 1,5 salários mínimos e (15,7%) aqueles que recebem até 2 salários mínimo (BRASIL, 2013).

Com esses números podemos dizer que as mulheres são a maior parte de pessoas traficadas, além disso, estas estão na tipificação de tráfico com fins para a exploração sexual.

Os dados sobre raça e cor apontam que as mulheres pesquisadas que se declararam pretas e pardas é maior quando se trata dos dados do Ministério da Saúde, já das denúncias recebidas pelo Disque 100 o número de mulheres brancas é ligeiramente maior. No quesito anos de estudo, a maior parte das mulheres se concentra na categoria 5º ao 8º ano incompletos, mostrando que a maior parte nem mesmo terminaram a educação formal, estas em sua maioria também são solteiras, moram em sua maioria na zona urbana e recebem menos ou até um salário mínimo.

Basicamente o perfil das mulheres traficadas mostra o quanto estas estão marginalizadas e inseridas na pobreza e o quanto a raça pode ser significativa nesses casos. Essas informações, além de conseguirem traçar um perfil das mulheres que mais sofrem com o tráfico de pessoas no Brasil, também é uma importante ferramenta que pode ser usada para o planejamento e execução de políticas em torno da temática. Desta forma o relatório enfatiza a necessidade do aprimoramento de dados por parte das instituições que tem alguma relação com atendimento de vítimas do tráfico de pessoas.

3.2 Mecanismo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Com todo o desafio encontrado para o enfrentamento ao tráfico de pessoas os governos e países criam medidas e formas de ação por meio de políticas públicas, no contexto do Brasil dois instrumentos foram pensados no sentido de por em prática o enfrentamento ao problema e são eles a Política Nacional de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas e os Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas segundo Teresi (2012), no Distrito Federal ainda encontramos o Plano Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Teresi ainda explica que:

“esses dois documentos principais devem ser incorporados transversalmente em outras políticas e programas nacionais como o Plano Nacional de Violência contra a Mulher, o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, e outras políticas públicas que vinculem criança e adolescentes, direitos humanos, migrações, trabalho e etc. (TERESI, 2012, p.93)

A autora usa o conceito de política pública como o conjunto de ações pensadas, organizadas, coordenadas e desencadeadas pelo Estado, seja em qualquer um dos níveis Federal, Estadual e Municipal e que a política pública define a área de atuação, prioridades e os princípios diretores (TERESI, 2012), ela ainda continua dizendo que os Planos Públicos podem estar nas 3 esferas, Nacional, Estadual e Municipal e têm por propósito definir programas e ações concretas de forma a atingir os resultados que são postos na política nacional.

Nesse sentido Raulino (2013) diz que uma grande dificuldade é que elas sejam articuladas de forma transversal para que promova os direitos da população para que essas tenham a oportunidade de romper o ciclo de pobreza a qual estão inseridas e por consequência diminuir a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas.

O Brasil ao aderir o Protocolo de Palermo possibilitou a institucionalização de políticas públicas governamentais e não governamentais também, Raulino (2013) diz que a base dessas políticas está na participação conjunta entre governo e sociedade civil.

É necessário falar porém que essas medidas de combate vem de interesse político e não de um desejo por justiça social, um grande exemplo desse fator dentro da legislação adotada no Brasil é o fato de que existe desde 2001, feito pelo governo americano, um ranking de países segundo o nível de ações que os governos fazem no sentido do combate ao tráfico de pessoas, aqueles países que forem mal classificados podem sofrer sanções como o corte de ajuda humanitária e o voto contrário dos EUA a empréstimos do FMI e do Banco Mundial, é o que relata a autora Raulino (2013), que ainda conclui que isso gera uma certa preocupação pois:

A política “antitráfico” dos EUA gerou preocupações em várias partes do mundo. A principal preocupação, é que a classificação e as medidas econômicas impostas pelo Departamento de Estado dos EUA ao resto do mundo força uma resposta falsa de governos que não podiam se dar ao luxo de opor-se a administração Bush. (RAULINO, 2013, p.130)

Além disso, Raulino (2013) ainda esclarece que “Um segundo ponto de preocupação é que a legislação antitráfico, demanda concordância de todo mundo com a posição neoconservadora cristã “antiaborto, antiprostituição e pró-abstinência” dos EUA (KEMPADOO, 2005 apud RAULINO, 2013, p. 130).

Dessa forma pode se inferir que as políticas públicas brasileiras que são voltadas ao enfrentamento de tráfico de mulheres vão muito além da justiça social, é um desejo político que gera pressão nessas formulações.

Já a construção do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP ainda tem mais um embate – o da sociedade civil e governo brasileiro, que a partir da análise de Raulino (2013) também usa discussões correlatas feitas e acumuladas anteriormente como os assuntos sobre migração e também sobre a exploração sexual e comercial de mulheres.

Durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula este colocou como prioridade o combate ao tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, Raulino (2013), e foi durante esse tempo que o Plano Plurianual (2004 a 2007) fez duas ações de capacitação de profissionais que trabalhavam na rede de atenção às vítimas e uma outra para realização de um diagnóstico sobre o tráfico de pessoas no Brasil, uma ação específica de apoio a projetos de prevenção com foco na exploração sexual de crianças e adolescentes

também foi feito. Foi nesse mandato também em que a Convenção de Palermo foi ratificada:

O governo no ano de 2004 também ratificou a Convenção de Palermo e, em respostas às recomendações dessa normativa, enquadrou-se a lógica transnacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o que possibilitou uma compreensão mais global de como incidir, por meio da construção de estratégias e iniciativas internacionais, na implantação e execução da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. (RAULINO, 2013, p.131)

No ano seguinte, o Ministério da Justiça por meio de outras instituições como a Secretaria Nacional de Justiça, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e também pela Secretaria de Direitos Humanos organizou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que foi constituído e ficou responsável pela elaboração da referida política (RAULINO, 2013).

Nesse sentido, esse grupo por meio de análises chegou a conceitos, princípios e diretrizes que fariam parte da elaboração de um documento que seria o início da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que segundo Raulino (2013) ainda foi submetido à consulta pública o que possibilitou a uma participação mais diversa seja federal, estadual, municipal além de sujeitos da sociedade civil organizada, a autora afirma que em 2006 a redação final foi elaborada e posta para consulta da sociedade. Esse processo todo, diz Raulino (2013) que contou com muita participação e cooperação internacional que no fim foi aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 5.948/06 de 2006.

Nesse Decreto Presidencial (n.º 5.948/06 de 2006) se definiu três principais eixos de estratégia e de atuação, são eles: prevenção ao tráfico, repressão ao crime e responsabilização dos seus autores e por último, atenção às vítimas.

Esse decreto também aprovou a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas – I PNEPT que é o instrumento técnico-político de operacionalização dos princípios e diretrizes da política nacional, quando o plano tem seu período findado, ele é monitorado e tem uma avaliação de sua execução, com essas informações outro plano sequente é elaborado (Raulino, 2013).

Uma problemática, porém, é posta por Raulino, (2013, p.133), apesar de diversas representações de vários setores e temáticas nessa elaboração como “13

ministérios, bem como organizações da sociedade civil representando o movimento de mulheres, de militância contra o trabalho escravo, da área da infância e da juventude, entre outras organizações, foi notado que movimentos com ligação sobre a prostituição, público transexual – travestir e transgêneros, grupos que discutem temas raciais e étnicos não fizeram parte dessa construção.

A partir desse primeiro plano é que houve a implementação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP's), e em 20 de agosto de 2009, através da Portaria n. 31 da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) foram instituídas as atribuições legais dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e dos Postos Avançados, que ficaram com a atribuição de articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes já existentes, um sistema nacional de referência e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas (BRASIL, 2009)

Com isso, os núcleos têm por principal função articular e planejar as ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas em âmbito estadual, em parceria com o Governo Federal da SNJ – MJ e dos governos estaduais. Cabe aos postos avançados implementar e consolidar metodologias de serviço e recepção de brasileiras/os não admitidas/os ou deportadas/os nos principais pontos de ingresso no País. (BRASIL, 2009)

Raulino (2013) explica que os NETP's tem atuação descentralizada e em parceria com seus próprios Estados para desenvolver as ações que estão previstas na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A proposta é que existam nos núcleos ações de prevenção, campanhas e trabalhos de mobilização para ampliar o número de denúncias, associadas à articulação com as redes locais, palestras e seminários. (RAULINO, 2013, p. 135)

Hoje esse é o principal mecanismo do Estado brasileiro de enfrentamento ao tráfico de pessoas, ele conta é claro com a rede que é formada não só por entes públicos, mas também parceiros da sociedade civil e Ong's (Teresi, 2012).

3.3 Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do DF -

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus/DF), foi criada pelo Decreto nº 27.591 de 01/01/2007, artigo 3º, com instalações no SAIN – Estação Rodoferroviária. Já a DETP foi criada quando o Distrito Federal se uniu a outros estados do Brasil no enfrentamento ao tráfico de pessoas, por meio de convênio firmado entre a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus/DF) e a Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça (Convênio nº 759772/2011, assinado em 26/12/2011). A estrutura da Sejus/DF foi modificada em 30 de janeiro de 2015, por meio do Decreto nº 36.236 e consolidada pelo Decreto nº 37.032, de 30 de dezembro de 2015.(BRASIL, 2017)

Especificamente sobre o núcleo em que se deu o estágio, ele está subordinado à Subsecretaria de Políticas para Justiça e Cidadania e Prevenção ao Uso de Drogas - SUBJUSPRED, que faz parte da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (BRASIL, 2017). A equipe passa por algumas mudanças no momento, mas conta com uma chefe do setor que é assistente social e que realiza os atendimentos.

Como falado anteriormente o NETP/DF tem abrangência regional, porém faz parte da rede nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que conta tanto com os núcleos como com postos de atendimento às vítimas, além de comitês sobre o tema espalhados pelo Brasil, no caso do Distrito Federal foi criado o Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que em sua composição tem tanto órgãos dos poderes públicos como de organismos da sociedade civil e tem por finalidade propor normativas em âmbito distrital, além de instrumentos normativos que contemplem os eixos de mobilização, articulação, prevenção, atendimento, monitoramento e avaliação nos três eixos que compõe a política nacional: prevenção, atendimento às vítimas de tráfico e também de repressão no DF (BRASIL, 2017).

Decreto nº 33.322, de 9/11/2011, e alterações do Decreto nº 34.420, de 5/6/2013. É composto por colegiado de membros representativos e consultivos, com a participação das Secretarias de Estado indicadas no Decreto de criação e da sociedade civil, incluindo ainda Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública.(BRASIL, 2017)

O Comitê conta com que reuniões periódicas, uma vez por mês, normalmente na primeira quinta feira com representantes de todas essas esferas a fim de definir

as ações que serão feitas por elas em conjunto, hoje participam das reuniões várias secretarias, DPU, e uma grande representante da sociedade civil que faz um trabalho no entorno de Brasília, a Rosa Maria, criadora do Projeto Vez e Voz que realiza o enfrentamento em Águas Lindas- GO, e traz uma realidade diferente para ser discutida.

Hoje o NETP-DF atua mais no eixo de prevenção com palestras para a população do DF e capacitação da rede que atua com as vítimas. Teresi (2012) explica que tanto os Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas como os Postos Avançados de Atendimento Humanizado, que existem na intenção de prestar atendimento imediato humanizado, devem ser um canal de identificação das vítimas, acolhimento inicial e de articulação para os atendimentos que forem necessários.

As atividades realizadas pelo NETP-DF atualmente focam no eixo prevenção aos crimes de tráfico de pessoas e pela preparação de pessoas que tem contato com as vítimas para saber lidar e conhecer a legislação para um atendimento de maior qualidade e encaminhamentos mais claros, geralmente gestores e agentes das esferas pública, privada e da sociedade civil organizada (BRASIL, 2017).

Os núcleos têm abrangência estadual e atuam na articulação de órgãos públicos e entidades civis envolvidos no enfrentamento ao tráfico e no suporte às Polícias Federal e Civil, por meio do fornecimento de informações. Apoiam ainda o encaminhamento das vítimas para os abrigos, para serviços de apoio psicológico, auxílio ao retorno à cidade de origem e implementam ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas junto com órgãos públicos e a sociedade civil. Têm competência ainda na área de desenvolvimento de pesquisas sobre o tráfico de pessoas, e na formação, capacitação e sensibilização de órgãos e do público sobre o tráfico. (TERESI, p.107, 2012)

Nos anos de 2016 e 2017 segundo relatórios de atividade que são elaborados pelos funcionários do setor foram capacitados diversos trabalhadores - promotores de polícia comunitária, Técnicos e Especialistas que trabalham na Proteção Social Básica e Especial, profissionais da Proteção Básica e Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH, profissionais da rede de hotelaria, e também algumas áreas da saúde, entre outras capacitações, essa capacitação é importante no sentido de que

a temática é pouco debatida ainda hoje, mas o Brasil continua sendo um país com índices grande de tráfico de pessoas e que muitas vezes os profissionais que lidam com essas vítimas nem percebem que essas pessoas passaram por essas violações.

Os atendimentos feitos na SEJUS às vítimas que sofreram com esse crime tem a intenção de minimizar os danos causados, juntos com outros núcleos e postos de atendimento a vítima de tráfico é disponibilizado alguns serviços – Assistência sócio jurídica, assistência social e acompanhamento psicológico (BRASIL, 2017), apesar do setor ter uma profissional que é assistente social e realiza os atendimentos, o setor não conta com o atendimento psicossocial completo que ainda precisaria de profissionais tanto da área do direito como da psicologia.

São atendidos na Diretoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - DETP o público que chega através de demanda espontânea ou encaminhados por outra instituição, aqui no DF a Secretaria de Justiça e Cidadania do DF é a referência de atendimento é o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cada Estado tem o seu. Porém, devido à falta de informação sobre o tráfico de pessoas na maior parte das instituições públicas do DF o crime de tráfico fica mascarado por outros crimes cometidos, então muitas pessoas que necessitariam do atendimento não o têm por falta de conhecimento da sociedade em geral.

No período de 2016 a 2017 nem um caso que chegou até o NETP-DF se configurou em tráfico de pessoas, porém casos de migrantes que chegaram a Brasília com diversas demandas de atendimento acabam por serem atendidas no setor por ter uma correlação muito grande com o tráfico de pessoas.

Uma importante ação realizada pela NETP e que pode servir de parâmetro para a Política Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas é a avaliação dessa mesma política junto as ações elaboradas pelos órgãos responsáveis, nesse sentido pelo menos a garantia de direitos pode ser efetivada de melhor forma.

Ribeiro (2013, p. 157) escreve que o princípio da dignidade da pessoa humana identifica um espaço de integridade moral a ser assegurado a todas as pessoas por sua própria existência no mundo.

Além disso, Ribeiro (2013) também explica que diante situações de risco à sociedade é uma prerrogativa do Estado propor ações que sejam preventivas, o que nesse caso seria de indicar alternativas que possam diminuir as consequências desse crime, principalmente para classes mais baixas – que são consideradas vulneráveis.

O setor realizou a avaliação da Política Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas quanto do Plano de Enfrentamento Distrital, essa avaliação aconteceu por meio de seminário realizado pelo mesmo em Brasília no final do ano de 2016, ano em que o II PNEPT findou, os participantes do evento puderam expor o que deveria ser mantido e o que era necessário acrescentar para que a política seja efetivada de melhor forma, esses dados coletados são importantes para a elaboração da nova normativa, que dessa forma tem um alcance maior da população, já que grande parte dos participantes do evento lida com o atendimento de casos de tráfico de pessoas.

Já nacionalmente falando, o NETP participou de um seminário nacional no Rio de Janeiro que aconteceu em outubro para discutir o III plano que será elaborado, o NETP-DF está atualmente envolvido com a elaboração desses documentos junto a outros entes governamentais e também da sociedade civil.

O núcleo se mostra um importante mecanismo, tanto na prevenção como no atendimento dos casos do DF, com o Comitê é possível reforçar a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, além do setor ser uma importante fonte de dados já que lida diretamente com os casos e diversos estudantes o procuram para a realização de estudos, dessa forma ele não só lida com atendimentos, mas também é uma importante fonte de informações que servem para ampliar o debate sobre a temática no meio acadêmico como de levar essas discussões para a população em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tráfico de pessoas, mais especificamente, o tráfico de mulheres brasileiras foi abordado durante este trabalho, o objeto pesquisado ainda contou com delineações como a raça e a centralidade do trabalho no sistema capitalista no sentido de apreender quais são as causas que podem tornar uma mulher em potencial alvo do tráfico de pessoas, tanto nacional como além de nossas fronteiras.

Tratar o tráfico de pessoas como uma expressão da questão social é entender que existe um aprofundamento das desigualdades já existentes, que gera um impacto significativo em se tratando do capitalismo, já que o trabalho é um de seus principais mecanismos, como a autora Iamamoto (2008, p.125) expõe: a questão social [...] condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que a realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital dinheiro e ao capital mercadoria – retrata, na contemporaneidade um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social.

Os conceitos jurídicos mudaram ao longo dos anos, apesar de ainda ser necessária diversas mudanças, como uma discussão que faça valer o direito das mulheres que escolhem trabalhar com a prostituição, que dentre todas as suas problemáticas tem um impacto muito forte na legislação anti-tráfico, que hoje pode se confundir em vários países com uma lei para endurecer fronteiras e evitar migrantes, que é uma forma que o estado brasileiro faz para atender uma cobrança internacional de conter o número de mulheres brasileiras que se prostituem principalmente na Europa e Estados Unidos, sempre com um senso moralizador de extinguir a prostituição.

Desconsidera-se nesses documentos o direito de escolha das mulheres sobre seu próprio corpo e uma tentativa paternalista de proteger as mulheres brancas, já que as negras, segundo tudo que foi estudado aqui, continuam marginalizadas, na pobreza e quase invisíveis ao sistema capitalista.

Não se trata de punir as mulheres por escolhas que elas fazem, é entender que existe condicionantes que tornam o corpo da mulher uma mercadoria, que

objetificam o humano, é entender que a exploração humana que deve ser combatida. O senso de moralidade, a pobreza, o racismo e o machismo são claras delineações do tráfico de mulheres e não a prostituição por si só, o foco então deve ser sobre a violação dos direitos humanos.

Nesse sentido, no mundo onde a globalização toma a frente até mesmo a questão social é compartilhada e num país como o Brasil onde as desigualdades sociais chegam a níveis alarmantes é que se dá o interesse em estudar, entender e até mesmo mudar essa realidade.

É nesse cenário que o mercado mundial faz com que as forças produtivas sociais do trabalho estejam presas a reações sociais que dão sustentação a esse sistema, basicamente aqueles que vem de uma situação de pobreza não tem as possibilidades de escapar dessa realidade, é nessa barbárie humana que se mostra a necessidade de uma emancipação humana.

O que pode ser apreendido ao final desse trabalho é que o tráfico de pessoas afeta mais as mulheres que se declaram pardas e negras do que aquelas que se declaram brancas, características como pobreza, baixa escolaridade e desemprego também tiveram ligação maior as negras e pardas frente ao tráfico de mulheres, dessa forma é possível dizer que existe um perfil que sofre mais o tráfico de mulheres e que ele esta relacionado a situação social, material de vida dessas mulheres que acabam sendo condicionadas a buscar sair da pobreza e que dessa forma podem terminar em situações de tráfico.

A partir dessa complexidade, de uma pobreza e exploração estrutural é que surge a necessidade de uma articulação maior e mais forte entre Governos, Instituições, profissionais, estudiosos e sociedade civil no sentido de desenvolver legislações, programas sociais, combate ao tráfico de pessoas e também atendimento as vítimas.

O investimento em atividades econômicas devem vir no sentido de melhorar a vida da população em geral e não em levar lucros para uma pequena parcela de ricos, além disso a política de migração precisa ser revista, já que o endurecimento de entrada de migrantes tem tido um efeito de aumentar os casos de tráfico, outro

ponto é o mercado de trabalho, precarizado pelo avanço neoliberal, que continua priorizando homens a mulheres.

O Protocolo de Palermo deixa algumas lacunas para o trabalho efetivo, como o fato de o foco ser na punição do que na prevenção e diminuição das vulnerabilidades, além disso, não define o que a palavra ‘exploração’ significa, deixando muito subjetivo definir o que é tráfico e o que não é.

Fica claro aqui que o Tráfico de Mulheres é transversal a diversos outros temas como políticas públicas, pobreza, desigualdades, avanço do neoliberalismo, machismo e racismo, sendo um fenômeno multifacetado ele consegue movimentar muito dinheiro criando um grande desafio, que seu enfrentamento se dê por diversas vias, uma delas são os Núcleos de Enfretamento ao Tráfico de pessoas, que hoje não estão em todos os estados brasileiros o que impossibilita que a rede se fortaleça, além disso, existe a necessidade de uma preparação maior dos profissionais que lidam com esse público, no sentido de identificar e atender as pessoas vítimas desse crime, mas muito mais que isso, significa que é necessário um entendimento desse fenômeno de forma crítica já que ele é uma expressão do sistema que a maior parte do mundo adota.

A reflexão que pude ter com a finalização do trabalho foi a de que houve a confirmação da hipótese, A não inserção no mercado de trabalho contribui para o tráfico de mulheres brasileiras que em sua maioria são negras, ou seja, o tráfico de pessoas tem uma grande conectividade com o gênero, com a raça e com a falta de oportunidade no mercado de trabalho para pessoas que tem esses perfis, mas que o tráfico vai muito além disso, suas delineações vão se dando e se fortalecendo ao longo dos anos com a globalização, avanço do neoliberalismo que aumenta as desigualdades, endurecimento de leis de migração e falta de informação para a população pobre.

O enfrentamento ao tráfico de pessoas vem no sentido de garantir direitos fundamentais as pessoas, porém, com pouca informação e atendimento precário as mulheres acabam sendo vítimas em potencial e se caíram nas redes do tráfico podem viver com a sequela desse crime para resto de suas vidas. Entendendo também que na complexidade em que se dá o tráfico de pessoas e a correlação de

força, seja ela material e/ou política da classe trabalhadora são essenciais a garantia e a manutenção de direitos.

Para que seja efetivo o combate de tráfico de mulheres é preciso uma parceria e fortalecimento da rede já existente, aqui no DF, principalmente no sentido da prevenção, o Comitê Distrital de Enfrentamento ao tráfico de pessoas precisa ter maior participação, principalmente dos órgãos públicos, além de entes da sociedade civil que já trabalham com a temática sempre com o objetivo de manter a dignidade das pessoas que mais sofrem com esse tipo de crime que são as classes mais baixas, essas que tem pouca informação e não tem força política para pautar os seus direitos.

Além disso, os profissionais da rede precisam estar capacitados para lidar com esse tipo de situação, e cabe ao poder público pautar isso e fazer essas ações no sentido de que o profissional precisa estar preparado para não revitimizar as mulheres que passam por esse tipo de situação. As avaliações tanto da Política como do Plano Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas precisa de uma maior participação, para que assim possam ser colocados pontos necessários para uma maior efetividade do plano.

Diminuir a vulnerabilidade dessas mulheres, levar informação para estas, como o próprio NETP-DF faz, palestras em cidades satélites do DF que concentram a população pobre. O foco no eixo repressão enquanto a prevenção e o atendimento às vítimas são deixadas e lado faz com que nos tornemos uma sociedade punitivista que não pensa em acabar com o problema e só em achar culpados acaba deixando as mulheres mais vulneráveis, porque as soluções não existem e as que existem não as alcança.

No campo das políticas públicas é necessário que se articulem as políticas econômicas, a de migração, a social em torno da população vulnerável, para assim ter uma política de enfrentamento ao tráfico mais consolidada, também é necessário interesse político para que verba seja destinada para essas áreas. O interesse precisa ser por uma questão humanitária e de justiça social, não punitivista e no sentido de diminuir o número de migrante

O tráfico de mulheres para ser solucionado seja em âmbito Federal, Estadual ou Distrital vai além de políticas focalizadas só no tráfico, antes disso é preciso uma mudança no sentido em que as mulheres, em especial negras, são vistas e tratadas, a condição social em que elas estão inseridas, os trabalhos precários precisam melhorar. “simultaneamente à melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, às vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho. Tudo muda, mas tudo permanece igual”. (KERGOAT, p. 94, 2010). A dignidade da pessoa humana deve ser o sentido norteador de políticas públicas, onde se garanta um espaço seguro e com acesso a direitos sociais, só assim pode se garantir a absoluta existência das mulheres integralmente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 4.Ed. Editora da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. Cortez; Campinas – SP.1997.

BORGES. Paulo César Corrêa. **TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: PROSTITUIÇÃO E TRABALHO SEXUAL ESCRAVO.** UNESP, nº3. 2013.

BRASIL. Código Penal. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30.Set.2017.

BRASIL. DECRETO Nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004. - Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso dia: 22/05/2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Disponível em: <www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento/nucleos-de-enfrentamento> Acesso em: 25.Nov.2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório Nacional Sobre Tráfico de Pessoas:** Dados de 2013

BRASIL. Secretaria de Justiça do Distrito Federal. Disponível em: <www.sejus.df.gov.br/> Acesso em: 20.Out.2017.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer O Feminismo: A Situação Da Mulher Negra Na América Latina A Partir De Uma Perspectiva De Gênero.** 2011.

CASTILHO, Ela Wiecko. **Tráfico de pessoas:** da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. In: BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Brasília-DF, SNJ, 2008.

CISNE, Mirla; IAMAMOTO, Marilda. **MARXISMO:** uma teoria indispensável à luta feminista. 4º Colóquio Marx e Engels, 2005.

CORREIA, João Carlos. Dez anos depois de Bragança, a representação da mulher brasileira nos media. Verso e Reverso, vol. XXVIII, n. 69, setembro-dezembro 2014

COSTA, Renata Gomes da; SILVERA, Clara Maria Holanda; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Relações De Gênero E Poder: Tecendo Caminhos Para A Desconstrução Da Subordinação Feminina**. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo:Atlas, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J., 1917- **Era dos Extremos** : o breve século XX : 1914-1991. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. Título original: Age of extremes : the short twenlieth century. 2º Edição. 1994.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Síntese de Indicadores Sociais**. 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 4ª Edição. 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 30.Set.2017.

KAPUR, Ratna. **Travel plans**: border crossings e the rights of transnational migrants. Harvard Human Rights Journal, v. 8, p. 107 – 138, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. o processo de produção do capital. Trad.Rubens Enderle.. São Paulo: Boitempo, ago.2013.

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1. Vol I. 13a edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISKOLCI, Richard. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. *Cad. Saúde Pública*[online]. vol.22, n.1, pp.231-233. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000100028>. 2006,

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. 2011.

NEVES, Sofia. **Tráfico De Mulheres Brasileiras Para Fins De Exploração Sexual Em Portugal E Interseccionalidade**: Um Estudo De Caso. 2010.

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil. Disponível em: <www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 29 de Maio de 2017

ONU. Nações Unidas do Brasil. **Desemprego e cortes no gasto público aumentam risco de tráfico de pessoas, diz especialista da ONU**. Disponível em: <nacoesunidas.org/desemprego-e-cortes-no-gasto-publico-aumentam-risco-de-trafico-de-pessoas-diz-especialista-da-onu/> Acesso em: 01 Novembro 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas da ONU**, 2014.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Raça, relacionamentos afetivos e a violência doméstica contra as mulheres negras**. 2012.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Rev. Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

RAULINO, Tatiana. Tráfico de mulheres e exploração sexual: análise sobre o atendimento às vítimas. **Rev. katálysis [online]**. 2016, vol.19, n.2, pp.270-280. ISSN 1982-0259.

RAULINO, Tatiana; NUNES, Ivna de Oliveira. **TRÁFICO DE MULHERES E A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**. 2015.

REPORTER BRASIL. Brasileiras são maiores vítimas de tráfico sexual em Portugal, diz estudo. Disponível em: <reporterbrasil.org.br/2006/11/brasileiras-sao-maiores-vitimas-de-trafico-sexual-em-portugal-diz-estudo/> Acesso em: 25.Set.2017.

RIBEIRO, Analisa Belisa. **Por que é importante compreender o enfrentamento ao tráfico de pessoas como uma política de estado?** 2013.

ROBAINA, Carlos Roberto de Souza. **O conceito de contradição em Hegel e seu desdobramento na obra de Marx**. 2013.

SAFIOTTI, Heleieth . **Gênero, patriarcado, violência**, 2004.

SALES, Lília Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso Onofre de. **Tráfico De Seres Humanos, Migração, Contrabando De Migrantes, Turismo Sexual E Prostituição** - ALGUMAS DIFERENCIAÇÕES EJ - Vol. 13 - n. 1 - p. 29-42 / jan-jun 2008.

SALGADO, Daniel de Resende, **Tráfico Internacional de Seres Humanos, Prostituição e Vulnerabilidade: Análise Conceitual e Empírica**. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena. **Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação**. 2009.

SCACCHETTI, Daniela Muscari. **Compensação para as Vítimas de Tráfico de Pessoas: Modelos e Boas Práticas na Ordem Internacional**. 2013

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, no 2,jul./dez. 1995.

SIQUEIRA, Priscila. **Trafico de Pessoas: Comércio Infamante num Mundo Globalizado**. In Trafico de Pessoas, Uma Abordagem Para os Direitos humanos. 2013.

TERESI, Verônica Maria. **Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil**. Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

TRIGO, Thiago Alves e SOUZA, **A Concepção Marxista de História: Aspectos da Contribuição de Marx para a História da Educação**, 2009.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. Global Report on Trafficking in Persons 2016. Disponível em: <www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_TIP/Publicacoes/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf>. Acesso em: 30.Set.2017.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Tráfico de pessoas: uma história do conceito. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, 2013.

ZAMBERLAM, Jurandir; **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre : Pallotti, 2004.

